

INTERESSE NACIONAL

ANO 14 • NÚMERO 55 • OUTUBRO - DEZEMBRO 2021

www.interessenacional.com.br e www.interessenacional.com

Sem ciência, não há futuro

Renato Janine Ribeiro

Economia brasileira pós-pandemia: o que esperar

Luís Paulo Rosenberg

**Perspectivas para o País: primazia da política e
poder da moeda soberana**

Leonardo Burlamaqui

Oportunidades do Brasil rumo à OCDE

Paula Baratella e Júlio Alexandre Silva

Covid-19 não ameaça o fenômeno da longevidade

Jorge Félix

**5G revoluciona mercados mundo afora.
O Brasil está preparado?**

Marcos Ferrari

A nova geopolítica global e o Brasil

Rubens Barbosa

C-390 MILLENNIUM MISSÃO CUMPRIDA

A aeronave multimissão C-390 MILLENNIUM está servindo à Força Aérea Brasileira, cumprindo as expectativas e apoiando no combate à Covid-19. O C-390 é também a aeronave escolhida por Portugal e pela Hungria para atender a seus próprios e exigentes requisitos operacionais. Combinando sistemas avançados e tecnologias comprovadas com uma rede mundial de fornecedores respeitáveis, o C-390 MILLENNIUM é uma adição versátil a qualquer força aérea e é a aeronave mais confiável, fácil de operar e eficiente da sua categoria.

#ParaUmMundoDiferente



c-390.com

Registro fotográfico realizado pela Força Aérea Brasileira em uma das missões de combate à COVID-19 no Brasil.

 **EMBRAER**

CHALLENGE.
CREATE.
OUTPERFORM.

INTERESSE
NACIONAL

INTERESSE NACIONAL

Ano 14 • Número 55 • Outubro–Dezembro de 2021

Editora
Marili Ribeiro

Editor Responsável
Rubens Antonio Barbosa

CONSELHO EDITORIAL

André Singer	José Luis Fiori
Carlos Eduardo Lins da Silva	Leda Paulani
Cláudio Lembo	Luiz Fernando Figueiredo
Claudio de Moura Castro	Luiz Bernardo Pericás
Cláudio R. Barbosa	Luiz Carlos Bresser-Pereira
Daniel Feffer	Miguel Lago
Demétrio Magnoli	Renato Janine Ribeiro
Eugênio Bucci	Ricardo Santiago
Gabriel Cohn	Ronaldo Bianchi
João Geraldo Piquet Carneiro	Roberto Livianu
Joaquim Falcão	Roberto Pompeu de Toledo
José Gregori	Sergio Fausto

INTERESSE NACIONAL é uma revista trimestral de debates
focalizada em assuntos de natureza política, econômica e social.
Copyright © dos trabalhos publicados pertence a seus autores.

Direitos reservados à
ASSOCIAÇÃO INTERESSE NACIONAL
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2413, sobreloja, cj. B
01452-000 • São Paulo • SP • Brasil
Tel. (11) 3039-6330 • fax (11) 3039-6334

ARTE E PRODUÇÃO GRÁFICA
Via Corporativa Comunicação • viacorporativa@viacorporativa.com.br • Tel. (11) 4327-1000

PUBLICIDADE



atendimento@lemidia.com • (11) 3078-5840

www.interessenacional.com • ISSN 1982-8497

Imagem da capa: www.pixabay.com

Sumário

ANO 14 • NÚMERO 55 • OUTUBRO-DEZEMBRO DE 2021

Apresentação

ARTIGOS

1 Sem ciência, não há futuro

RENATO JANINE RIBEIRO

Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência ressalta em seu artigo que a SBPC jamais foi reduto de qualquer partido político. Entretanto, sua atuação não se restringe a defender o que a natureza e a inteligência humana produziram no Brasil, mas também de deixar claro que não haverá desenvolvimento social, nem mesmo econômico, sem o protagonismo da ciência. O autor destaca: “Num período em que o obscurantismo e o negacionismo grassam, não é uma tarefa fácil. Contudo, é preciso que fique muito claro não apenas para os decision makers, mas para os cidadãos em geral, para a opinião pública, que o divisor hoje entre a prosperidade e a carência está, antes de mais nada, na combinação de educação e ciência”.

2 Economia brasileira pós-pandemia: o que esperar

LUÍS PAULO ROSENBERG

PhD em Economia e diretor da Rosenberg Partners pondera em seu artigo que partilha integralmente do sentimento de revolta da maioria da sociedade com o atual governo, mas observa também os avanços alcançados e que não devem ser desperdiçados. “Jamais imaginei que, 25 anos após termo-nos livrado do arbítrio do governo militar, estivéssemos debatendo tópicos sagrados como o equilíbrio dos Três Poderes, a inviolabilidade do mandato dos juízes do Supremo, a irrefutabilidade de suas decisões ou a lisura dos pleitos eletrônicos. Mas, por dever de ofício, somos obrigados a manter a objetividade na análise econômica e identificar os avanços na economia, por mais engulhos que nos provoque o cenário político.”

3 Perspectivas para o País: primazia da política e poder da moeda soberana

LEONARDO BURLAMAQUI

Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro escreve sobre o que considera a raiz dos problemas que enfrentamos, além da contração econômica induzida pelo vírus e da destruição de milhões de vidas humanas, temos uma crise de governança. “Neste momento, estamos testemunhando, simultaneamente, uma crise da saúde, uma crise econômica e um agravamento da polarização social e política, bem como uma crise da capacidade estatal, da cooperação internacional e da confiança. São muitas as incógnitas, tanto o que se sabe que não se conhece, quanto o que não se conhece de fato. Mas, um fato é certo: vivemos em tempos conturbados.”

4 Oportunidades do Brasil rumo à OCDE

PAULA BARATELLA E JÚLIO ALEXANDRE SILVA

Os autores são, respectivamente, secretária-adjunta da Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil da Presidência e analista na mesma Secretaria. Para eles, o Brasil tem grande potencial para se consolidar como líder global por ser a maior economia da América Latina e a 12ª do mundo. “A acessão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) proporcionará benefícios mútuos para OCDE e para a economia brasileira. Por um lado, somos um País com laços culturais e econômicos com a maioria dos países do mundo, o que amplia a representatividade global da instituição e a legitimidade das suas recomendações e políticas. Por outro, o Brasil poderá elevar sua inserção internacional e ampliar contato com boas práticas.”

5 Covid-19 não ameaça o fenômeno da longevidade

JORGE FÉLIX

Professor em Gerontologia da Universidade de São Paulo e comentarista sobre longevidade explica que, à medida que a população envelhece, o mundo desenvolvido apressa-se em conquistar espaço na indústria complexa que emerge com a longevidade. O Brasil está atrasado nesse contexto. “Seria coerente os economistas reconhecerem que respostas construtivas devem ser adotadas para o fenômeno da longevidade, pois as até aqui prometidas, sob a guarda dos fiscalistas, parecem ter oferecido apenas a morte como solução. A economia da longevidade é apenas umas das respostas construtivas. Outros países já estão atentos a isso. Na geopolítica do envelhecimento, o que está em jogo é: quem vai pagar pelo

envelhecimento de quem? Ou melhor, quem terá direito a viver mais – afinal, essa é a maior missão da economia. Sempre bom lembrar.”

6 5G revoluciona mercados mundo afora. O Brasil está preparado?

MARCOS FERRARI

Presidente da Conexis Brasil Digital explica aqui a nova gama de possibilidades com a chegada do 5G e aponta que o maior empecilho para a expansão da conectividade no País é a carga tributária elevada. “Estar na elite tecnológica tem um preço. Um alto preço. E o caminho para embarcar soluções de última geração é longo e árduo. Para atender às demandas de infraestrutura e instalação do 5G, os investimentos do setor de Telecom precisarão se manter elevados. O segmento é historicamente um dos maiores investidores do País, com média superior a R\$ 30 bilhões por ano. Se por um lado ficou evidente – sobretudo durante a pandemia – que a conectividade é o insumo básico para o bom funcionamento de todas as cadeias produtivas, por outro, há importantes entraves a serem superados.”

7 A nova geopolítica global e o Brasil

RUBENS BARBOSA

Embaixador e presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior discorre neste artigo sobre o fato de o mundo atravessar momento de grandes transformações na área política, econômica e social. “A geopolítica e a geoeconomia foram se modificando na última década e vão passar ainda por uma série de ajustes, depois da saída dos EUA do Afeganistão”, pondera para acrescentar que, sem esgotar o assunto e de maneira sumária, cabe mencionar alguns dos aspectos do novo cenário internacional, entre os quais estão o lugar no mundo dos EUA e da China, o acirramento da disputa entre ambos, e o redesenho do mapa geopolítico da Ásia. Avanços tecnológicos e da desigualdade, meio ambiente, multipolaridade e o lugar do Brasil no mundo também estão nessa pauta global.

Apresentação

As escolhas do Conselho Editorial da *Revista Interesse Nacional* para o atual número dedicam um olhar especial para o papel das instituições da sociedade civil sob novas lideranças e para os modelos econômicos em debate no Brasil pós-pandemia. Encaram ainda a tarefa de abordar a inevitável chegada do 5G ao País, com um certo atraso e com necessária relevância, assim como apresenta um fato sobre o qual tanto a economia como a sociedade em geral se debaterá nos próximos anos: a longevidade da população e suas complexidades e demandas.

No último ano, observou-se o esvaziamento e até um certo desrespeito em relação ao papel das instituições em geral. Para as lideranças no setor, não tem sido fácil defender o diálogo e rebater as críticas, por vezes infundadas. Uma das mais significativas, pela qualidade do debate que promove, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) apresenta, nesta edição, algumas das bandeiras que tem abraçado em sua trajetória de principal órgão da comunidade científica no País.

Quais seriam os parâmetros econômicos para o Brasil superar a fase pandêmica mais aguda? Queremos repetir a mesma política econômica que vem sendo praticada há 20 anos sem sucesso? O teto dos gastos públicos, por exemplo, deve ser eliminado ou devemos persistir nele? A discussão é crescente sobre como pensar um novo Brasil em um mundo em rápida transformação, inclusive geopolítica, e pautado pela era digital, criptomoedas e avanços tecnológicos sem precedentes. Economistas com visões contrastantes, e que têm escrito sobre essas perspectivas, dedicam-se ao tema nesta edição.

A longevidade chegou para ficar. A população brasileira perdeu o bônus demográfico e caminha para ter mais velhos com mais de 80 anos do que jovens nascendo, já que, desde 2000, a fertilidade decresce. Especialistas no assunto defendem que o envelhecimento da população é fenômeno mundial, interdisciplinar e questão de políticas públicas, embora em países como o Brasil o debate siga confinado a um só aspecto: à previdência social, numa visão míope sobre o futuro da nação.

Convidamos todos à reflexão sobre os temas propostos.

OS EDITORES

Sem ciência, não há futuro



■ **RENATO JANINE RIBEIRO** é presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e professor da USP de Ética e Filosofia Política. Foi diretor de Avaliação da Capes, ministro de Estado da Educação e professor visitante nas Universidades de Columbia (EUA) e Unifesp

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) foi fundada em 1948, um pouco após o fim da II Guerra Mundial, por um grupo de cientistas brasileiros que, a exemplo da American Association for the Advancement of Science, queriam somar esforços para promover o progresso da ciência no Brasil. É bom lembrar algumas datas. Em 1934, tinha sido fundada a Universidade de São Paulo, tendo como eixo articulador uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que concentraria a pesquisa básica. A USP incorporava as escolas profissionais mais tradicionais, que formavam advogados, engenheiros e médicos, mas o que dava sentido à nova instituição era essa espinha dorsal, que teria a ciência como meta – tanto assim que a FFCL congregava toda sorte de ciências. (Com a Reforma Universitária de 1970, ela daria origem a cerca de oito distintas unidades, desde a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, que ficou mais próxima do nome antigo, até os institutos de Física, Química, Biociências, Geociências, Matemática e Estatística, de Psicologia e ainda a Faculdade de Educação). Mas o relevante, aqui, é o empenho quase simultâneo dos governos paulista e federal (este, com a Universidade do Brasil, atual UFRJ) em promover a ciência como prioridade.

Outra data importante é 1951, quando com intervalo de meses, e isso menos de meio ano depois da posse de Getúlio Vargas como presidente eleito pelo povo, são criadas a Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (mais tarde, de Nível Superior) e o CNPq – Conselho Nacional de Pesquisas (hoje, do Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Ou seja, a fundação da SBPC está a meio caminho entre a instituição, no Brasil, de instituições de ensino superior focadas na pesquisa, que hoje são chamadas “universidades de pesquisa”, distinguindo-se dos *community colleges* norte-americanos, que formam, basicamente, profissionais, e a criação de agências de fomento federais. Não podemos, aliás, esquecer que a Constituição de 1947 do Estado de São Paulo prevê a criação de uma fundação de amparo à pesquisa, o que se efetivará em 1962, com a formação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), após a qual vários estados criarão também suas fundações.

Portanto, a SBPC surge entre o vocacionamento da comunidade acadêmica brasileira para a pesquisa de rigor e a decisão política de investir na ciência. É neste período que ela nasce, e ela sempre lidará – mais do que diretamente com a ciência – com o que, numa fórmula feliz, em recente debate, Eugênio Bucci chamou de “significação da ciência”. Eu acrescentaria: ela é a voz política (o que não quer dizer partidária) da ciência.

■ Consciência moral do mundo acadêmico

Ao longo de seus anos, a SBPC assume também um certo papel de consciência moral do mundo acadêmico. Isto se dá em dois momentos principais: primeiro, nos últimos dez ou mais anos da ditadura civil-militar, quando suas reuniões anuais, bem como as manifestações de sua diretoria e conselho, envolvem tomadas de posição em favor do estado democrático de direito; segundo, quando os escândalos do governo Collor levam a sociedade brasileira a se mobilizar por seu *impeachment*, em nome do que se chamou ética na política.

Isto jamais significou, porém, que a SBPC se tornasse reduto de um partido qualquer. Por sinal, nos anos de mais intensa democracia no País – entre o mandato de Itamar Franco e o de Dilma Rousseff – a academia brasileira esteve mais ou menos dividida, essencialmente, entre os dois partidos que elegeram presidentes da República durante o referido período, a saber, o PSDB e o PT. Mas a SBPC manteve seu apartidarismo, convidando, nos anos de eleição, os candidatos presidenciais a visitarem a reunião anual, e a responderem a questões colocadas pela comunidade – o que alguns fizeram, mas não outros.

Contudo, é evidente que em momentos de crise intensa, como o atual, o papel da SBPC se avulta. Assim, os dois últimos presidentes, Helena Nader (Unifesp) e Ildeu Moreira (UFRJ), a quem sucedi este passado mês de julho, lutaram com denodo pela preservação das verbas destinadas à pesquisa e à educação, bem como pelo estado de direito.

■ Descaso com educação e ciência

Após este breve histórico, convém um balanço da situação atual das áreas em que a SBPC milita, que são a ciência, com ênfase na pesquisa, a tecnologia, a cultura, a educação em todos os níveis, a saúde e o meio ambiente, com uma ponte para a inclusão social. É triste notar que, nos últimos poucos anos, todas essas áreas padeceram, em mãos dos governos mais recentes, com o crescente corte de verbas representando um estranho descaso pelo potencial de desenvolvimento econômico e social que elas portam.

Na verdade, o problema não se deve apenas ao atual governo. Quando lemos os economistas que a grande mídia chama a colaborar, é raro vê-los se referirem ao fato de que, hoje, os grandes veículos do liberalismo econômico, em escala mundial, como *The Economist* e *Financial Times*, consideram que o principal fator para o desenvolvimento é a educação, com sua irmã, a ciência. Eles falam em taxas de juros, câmbio, privatização, redução de direitos trabalhistas, mas omitem sistematicamente o papel da ciência. É raro, salvo algumas exceções, apontarem que o sucateamento do sistema de educação e pesquisa que o Brasil constituiu acarretará um retrocesso enorme a nosso País.

Convém lembrar que o único nível de educação no qual o Brasil se ombreia com os países desenvolvidos é a pós-graduação, mercê da avaliação dos mestrados e doutorados realizada, há décadas, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). É justamente porque os pares examinam a qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* que estes conseguiram levar nosso País à 11ª posição no mundo, em termos de produção científica qualificada. A avaliação é altamente econômica, porque ela tem um forte papel pedagógico: desde 2006, quando eu era diretor de Avaliação da Capes, adotamos as “visitas de orientação”, que são realizadas quando se vê que uma proposta de curso – ou um curso já existente – não está rendendo o que pode. Assim foi, por sinal, que na avaliação (então trienal) de 2004 e depois na de 2007, que eu dirigi, fechamos menos de 2% dos cursos avaliados, quando nas avaliações anteriores era normal se chegar a 5%. Não foi por condescendência, mas porque se procurou orientar os cursos a alinharem melhor suas linhas de pesquisa, aumentarem a qualidade de sua produção científica, qualificarem o melhor possível seus mestrandos e doutorandos.

Diga-se, aliás, que o Brasil efetuou uma escolha inteligente, quando decidiu avaliar a pesquisa a partir da pós-graduação, e não, como sucede em outros países, em separado. Isto significa que a pesquisa aqui é valorizada, também, pela capacidade que tenha o professor de formar alunos bem qualificados. Igualmente, as instituições de pesquisa se renovam, ou renovam o parque acadêmico brasileiro. O efeito dessa escolha é notável, porque estamos constantemente formando e titulando novos pesquisadores, de modo que geramos um círculo virtuoso em torno da ciência e do conhecimento rigoroso. Num país que precisa desesperadamente de mão de obra altamente qualificada, ou de inteligência embutida nos bens e serviços, formar gente é prioridade.

■ Protagonismo da pesquisa científica

Qual o papel da SBPC neste contexto, que reúne um passado notável, com um patrimônio científico, cultural, ambiental e educacional de qualidade, e um presente pelo menos preocupante?

É não apenas o de defender o que a natureza e a inteligência humana produziram no Brasil, mas também o de deixar bem claro, para o Estado e a sociedade brasileiras, que não haverá desenvolvimento social, nem mesmo econômico, sem o protagonismo da ciência. Num período em que o obscurantismo e o negacionismo grassam, não é esta uma tarefa fácil. Contudo, é preciso que fique muito claro não apenas para os *decision makers*, mas para os cidadãos em geral e para a opinião pública, que o divisor hoje entre a prosperidade e a carência está, antes de mais nada, na combinação de educação e ciência.

No pós-II Guerra Mundial, uma divisão clara de tarefas se estabeleceu, entre países exportadores de matérias-primas, atrasados, subdesenvolvidos, carentes e nações industrializadas, prósperas, desenvolvidas. A indústria era, então, o divisor de águas. Foi o que levou Getúlio Vargas a criar a siderúrgica de Volta Redonda e Juscelino Kubitschek a promover a industrialização do Brasil, tendo como motor o carro particular. Foi a era da substituição de importações. Mas, em que pesem os méritos que devemos reconhecer aos dois presidentes desenvolvimentistas – sendo que o primeiro deles foi, como dissemos acima, o criador de Capes e CNPq – o fato é que a linha de corte mudou.

Hoje, ter apenas indústrias não distingue mais o desenvolvido do subdesenvolvido. Muitas indústrias podem simplesmente ter sido transferidas, por serem poluentes, de países ricos para outros, mais pobres e, além do mais, carentes de controles ambientais e de direitos sociais e trabalhistas. A diferença, hoje, está na inteligência embutida na produção. Mesmo a exportação de produtos agropecuários e de minerais é mais qualificada do que antes, porém a linha de corte verdadeira e decisiva é aquela que diz respeito à ciência incluída nos manufaturados e nos serviços de melhor qualidade.

Mas temos noção clara dessa mudança significativa nas sociedades atuais? Parece que pouco. Como principiei a dizer, muitos tomadores de decisão ainda seguem visões atrasadas, superadas, segundo as quais basta mexer na contabilidade que a economia melhorará, que os investimentos, como na educação e nas políticas sociais, são apenas gastos que podem ser freados sem danos irreversíveis. Fico impressionado quando lembro a foto de um recente ex-ministro do Meio Ambiente, posando orgulhoso à frente de árvores talvez centenárias cortadas, elas esperando serem transportadas para, talvez, se tornarem móveis. Quanta informação elas continham, que se perdeu para sempre? Poderiam trazer-nos dados sobre o clima ao longo dos séculos, ajudar-nos a prever mudanças que nele ocorrerão nos próximos anos, a nos prepararmos para enfrentar calamidades. Nada disso. Simplesmente, elas aparecem como meras mercadorias de baixo valor e preço, em vez da riqueza enorme que contêm.

É isso o que precisamos mudar. Sem o círculo virtuoso que reúne ciência, cultura, saúde, meio ambiente, tecnologia e inclusão social, continuaremos chafurdando no atraso. Ou o Brasil investe na inteligência, abre caminhos para que talentos ignorados e não explorados de suas populações pobres aflorem, ou perderemos, mais uma vez, o trem da História.

Neste momento, em que civilização e barbárie se defrontam, é claro que a ciência, em boa parte filha do Iluminismo, tem seu lado. Junto com os direitos humanos, outro legado das Luzes, ela pode desenhar o melhor futuro possível para o Brasil. Na verdade, não é o melhor; é o único futuro. Sem ciência e educação, não teremos futuro. A SBPC fará o possível, na gestão que há pouco se iniciou, para honrar seu passado e construir caminhos para um Brasil próspero e justo. ■

Economia brasileira pós-pandemia: o que esperar



■ **LUÍS PAULO ROSENBERG** é PhD em Economia e diretor da Rosenberg Partners. Foi professor da FGV, UnB e ITA; *visiting professor* da Vanderbilt University; assessorou o ministro Delfim Netto e o presidente José Sarney

Estamos despertando do pesadelo da pandemia. Para sempre carregaremos este lastro doloroso de 600 mil mortes. Felizmente, a mortalidade começa a despencar e está concentrada nos não vacinados. Daqui para frente, o impacto do vírus será limitado, de pouco efeito sobre a economia, apesar de ter modificado hábitos e criado novas necessidades e temores.

O Brasil entra neste novo momento em frangalhos. A sociedade bissectada pelo radicalismo do presidente, valores fundamentais agredidos recorrentemente, a natureza sendo violentada, a corrupção aflorando e o “dando é que se recebe” dominando, para desânimo generalizado.

O repertório de despautérios de Bolsonaro alarma a elite pensante do País e joga-nos todos na defensiva, pois sente-se uma ameaça à própria manutenção do regime democrático. Neste cenário, somos todos levados a rechaçar qualquer ato presidencial, seus auxiliares e suas propostas. Uma rápida excursão pelas colunas econômicas da mídia nacional revela uma unanimidade na contestação de tudo que vem deste Governo, bom ou mau.

Partilho integralmente deste sentimento de revolta: jamais imaginei que, 25 anos após termo-nos livrado do arbítrio do governo militar, estivéssemos debatendo tópicos sagrados como o equilíbrio dos Três Poderes, a inviolabilidade do mandato dos juízes do Supremo, a irrefutabilidade de suas decisões ou a lisura dos pleitos eletrônicos. Mas, por dever de ofício, somos obrigados a manter a objetividade na análise econômica e identificar os avanços na economia, por mais engulhos que nos provoquem o cenário político.

É este o exercício que oferecemos neste texto: iniciando com uma descrição temporal do que já havíamos conquistado antes de Bolsonaro, avaliamos a inserção da atual política econômica nesta dinâmica e finalizamos com projeções para o futuro próximo.

É inegável que a partir do marco constitucional de 1988, estamos construindo uma sociedade mais justa, dinâmica e eficiente. Sem sermos exaustivos, é válido registrar os seguintes avanços estruturais na nossa organização econômica:

- **1. Formalização orçamentária:** logo após o fim da ditadura, o fechamento de torneiras do gasto se inicia com o fim da Conta Movimento, que permitia ao Tesouro sacar ilimitadamente recursos de bancos estatais, o que fazia do Orçamento da União uma peça decorativa. Até então, alegar que haveria controle fiscal era apenas uma piada de mau gosto.

- **2. Mobilização contra a inflação:** o amancebamento com a inflação criou o pacto mais deletério que já se estabeleceu no Brasil contra os desprovidos. Realmente, até o trêfego Plano Cruzado, a Direita não enfrentava o processo inflacionário ascendente para não incorrer no ônus político de uma batalha dolorosa. Mas, usava a criatividade tupiniquim para construir um sistema de ajustes automáticos de preços básicos, que permitia aos agentes econômicos continuarem a operar, a despeito de taxas inflacionárias inadmissíveis para o resto do mundo. Basta comparar o período em que tivemos inflação anual de 3 dígitos e, mesmo assim, víamos a economia brasileira crescer e estagnar, aumentar e reduzir seus saldos comerciais, expandir investimentos, enquanto nossos vizinhos do Sul se consumiam em hiperinflações sucessivas. Aqui, a credibilidade da moeda local foi preservada, as fugas para o dólar eram episódicas e reversíveis. Claro, o sistema de indexação nunca foi isonômico: no limite, tivemos correções diárias de juros e câmbio, mas mensais ou quinzenais para salários, engendrando o mecanismo mais perverso de transferência de renda da base para o topo da pirâmide e que explica por que nenhum outro país com o nosso nível de sofisticação econômica apresenta uma distribuição de renda tão injusta, das piores do mundo. Como chegamos a isto? Não há como negar: a esquerda sempre foi contra o combate efetivo à espiral inflacionária, alegando um falso conflito entre estabilidade e crescimento. É por isto que cabe um olhar de simpatia para com o malsinado Plano Cruzado: apesar da violência intelectual de tentar enfiar no mesmo saco congelamento de preços, elevação de salários e frouxidões fiscal e monetária, ele teve o condão de comprovar aos políticos o anseio da sociedade por estabilidade de preços. Depois do Cruzado, todos os governos tentaram, ainda que incompetentemente, enfrentar o mal, já sem a oposição das esquerdas. Até o lance de genialidade do Plano Real: ao perceber que o equilíbrio fiscal havia sido alcançado, a dívida externa havia sido renegociada e a economia operava em temperatura satisfatória, os economistas André Lara Resende e Pêrsio Arida deram um golpe de judô sobre a remanescente indexação, não através da eliminação dela, mas sim da sua trivialização.

- **3. Abertura da economia:** a liberação se iniciou com a eliminação da lista de proibição de importação de mais de 100 itens, redução de suas alíquotas e menor burocracia, permitindo ao povo sentir os benefícios das trocas internacionais, seja na incorporação de novas tecnologias, seja no consumo de bens de melhor qualidade e menor preço do que seus sucedâneos domésticos. O fim da Lei da Informática, que nos impedia de participar da revolução digital que se iniciava, é o ato emblemático mais notável deste processo. Em seguida, cresce a onda contra o protecionismo, que, em nome da defesa da produção doméstica, vem tributando os desfavorecidos para subsidiar a empresa aqui instalada, obrigando-nos a consumir máquinas, insumos, roupas, carroças e eletrônicos de qualidade sofrível.

- **4. Privatização selvagem:** a venda de empresas estatais, transferindo ao setor privado a liderança do processo de expansão do investimento na infraestrutura, trouxe rápidos ganhos de produtividade e melhoria da qualidade dos serviços. Basta lembrar que linhas telefônicas tinham um mercado paralelo de compra e venda, cada uma valendo centenas de dólares.

- **5. Modernização trabalhista:** a rigidez de normas da CLT protegia os empregados, mas encarecia a contratação. Flexibilizando o mercado de trabalho, criaram-se condições para aumentar o emprego e encolher a cunha salarial entre trabalhadores formais e informais. A reforma aprovada no governo anterior foi um grande avanço na liberalização do mercado de trabalho, com impactos benéficos que serão sentidos por muitos anos.

- **6. Redistribuição de renda:** a expansão do Bolsa Família, uma variante eficaz do imposto de renda negativo de Milton Friedman, foi um marco importante, que permite mitigar a injusta distribuição de renda do País.

- **7. Austeridade fiscal:** introdução da questão fiscal no debate político-econômico é conquista recente, pois gastar – sempre e muito – foi a norma usual dos poderosos do dia. No governo anterior, reduções recorrentes do déficit fiscal deram o tom da política econômica, com significativo impacto na credibilidade brasileira no exterior.

Ouso classificar o descaso com estes princípios como sendo os Sete Pecados Capitais da economia brasileira e que, em grau disperso de concretização, foram enfrentados ao longo das apelidadas “décadas perdidas”. Continuar avançando nestas frentes de modernização é o caminho para alcançarmos um crescimento sustentável. E é com este *benchmark* em mente, que a atual política econômica deve ser avaliada, para construção do mirante, donde tentaremos avistar o comportamento da economia em 2022 e além:

- **1. Formalização orçamentária:** se o fim da Conta Movimento foi o primeiro passo na direção de termos um orçamento para valer, a aprovação e o respeito pela Emenda do Teto do Gasto é a sua consagração. Lamentável, é verdade, que se tenha tido que recorrer à medida tão extrema para garantir estabilidade fiscal. Mas, é uma mordada eficaz ao descontrole fiscal e um compromisso com medidas duras e necessárias, o que jamais seria implementado por um governo populista.

- **2. Mobilização contra a inflação:** o mundo está sendo açoitado por pressões de custos, decorrentes da ruptura produtiva imposta pela pandemia. Como grande provedor de matérias-primas, nossos índices de preço são afetados mais do que proporcionalmente pelo fenômeno. No nosso caso, tivemos ainda a falta de chuvas, encarecendo a energia elétrica e sacrificando a produção agrícola potencial, além da intranquilidade política que sobredesvaloriza a taxa cambial. Os manuais de economia nos ensinam que contra choques de oferta, pouco ajuda a política monetária. Na verdade, na ausência de repasse automático destes preços ao consumidor e sua renda, o processo é autocorretivo, pois o encarecimento de produtos básicos altera preços relativos, diminui a demanda por eles e, com o tempo, corrige a distorção, via perda do poder aquisitivo. A inação foi a atitude adotada, atualmente, por quase todos os países civilizados frente à alta das *commodities*: esperar passivamente que o mercado se reequilibre, sem subir juros. Ora, nosso Banco Central peca por excesso: em nome de defender a credibilidade da autoridade monetária e preservar a “âncora cambial”, está subindo juros de forma agressiva, sabendo que, além do efeito psicológico, só aprofundará o desaquecimento da economia. Outra vez, um governo populista, descompromissado da meta inflacionária, nunca elegeria esta opção, de grande custo político.

- **3. Abertura da economia:** nenhum governo anterior enfrentou a ira do empresariado nacional com tanta amplitude como este. Da Zona Franca de Manaus ao protecionismo do Mercosul, do questionamento de cada rubrica de subsídio empresarial às verbas das federações das indústrias, todos os cartórios privados estão sob assédio governamental, no esforço de abrir nosso mercado à competição estrangeira. Esta é a missão mais eficaz dos defensores da economia de mercado, mas de mais alto custo político, por enfrentar o lobby empresarial. Esta bandeira jamais esteve em mãos mais aguerridas do que agora.

- **4. Privatização selvagem:** depois de um interregno de décadas, o tema está sendo atacado novamente. Privatizações de Correios e Eletrobras eram anátemas que, com habilidade negocial, hoje ganham corpo no Congresso. A privatização da BR Distribuidora – julgada impossível há poucos anos – é realidade. Na linha de concessões, além das dos setores tradicionais como

transportes, este governo aprovou a transferência do saneamento básico para o setor privado. Alegar que os resultados são pífios é obra da contaminação do nosso descontentamento político, não da omissão governamental.

- **5. Modernização trabalhista:** O Governo implantou uma flexibilização adicional temporária da CLT para agilizar a recontração de mão de obra. Sua luta pela carteira de trabalho verde-amarela vai na mesma direção. Assim como bastou ao trabalhador sentir o gosto da estabilidade de preços do Cruzado para passar a exigí-la, expor o desempregado à rapidez de recontração de um mercado flexível será alavanca importante para acelerarmos a retomada.
- **6. Redistribuição de renda:** um dos pecados imperdoáveis dos sociais-democratas que mandaram no País nas últimas décadas é a inexplicável relutância em tributar os ricos. Realmente, como justificar a isenção de imposto sobre dividendos, juros sobre capital próprio e a existência de alíquotas máximas menores do que em países com distribuição muito mais justa do que a do nosso? Coube a um direitista inflexível como Guedes declarar que o rei está nu e batalhar no Congresso por redução no imposto de renda sobre pessoas jurídicas, contrabalanceada por impostos crescentes sobre quem ganha muito.
- **7. Austeridade fiscal:** a gestão das contas públicas em 2019 foi exemplar, reforçando a tendência de queda do déficit, iniciada no governo anterior. Em 2020, com a pandemia, em vez de se ater a tabus, Guedes seguiu o exemplo das economias maduras e mobilizou o gasto público para diminuir o sofrimento dos desprovidos e resgatar a solvabilidade empresarial. Em 2021, a austeridade está de volta, com ganhos de cerca de 50% no crescimento das receitas públicas e na contenção de gastos. Entretanto, os formadores de opinião insistem em acusar o Ministério de ser expansionista, uma crítica irreal contra a evidência dos dados.

Em suma: a atual política econômica avança consistentemente na modernização da economia brasileira. Guedes está batalhando continuamente na busca do equilíbrio fiscal; ele enfrenta o surto de custos que pressiona os índices de preços, privatiza os investimentos em infraestrutura, abre a economia brasileira aos benfazejos ventos da concorrência internacional e ataca a questão da concentração da renda. Melhor: Guedes é obstinado na sua missão e vai continuar lutando pela implantação do ideário liberal, imune às críticas e aos retrocessos.

Com este referencial, podemos projetar o que nos aguarda no ano que vem:

- **Crescimento econômico:** após fecharmos este ano com um crescimento do PIB perto de 5%, ficaremos em 2022 entre 3,5% e 4,5%, dependendo da rapidez com que o Banco Central se dê conta de que seu objetivo secundário de manter

o emprego está sendo cruelmente sacrificado e volte a reduzir juros. O setor primário e o de serviços serão a mola mestra do crescimento, substituindo a indústria na liderança do processo.

■ **Inflação:** em 2021, poderá bater entre 7,5% e 8%, mas inexoravelmente cairá em 2022, para bem próximo de 3,5%, permitindo um recuo da taxa básica de juros para algo abaixo de 5%.

■ **Câmbio:** ainda neste ano, a taxa deverá fechar abaixo de R\$ 5,00/dólar, a menos que as presepadas de Bolsonaro continuem a desestabilizar a credibilidade econômica. Para o ano que vem, algo entre R\$ 4,5 a 4,8/dólar é factível. Haja vista que nunca desfrutamos de uma situação mais sólida nas contas externas, com mais de US\$ 350 bilhões de reservas, saldo comercial perto de US\$ 80 bilhões, multinacionais investindo e mais: cerca de US\$ 40 bilhões de exportações já formalizadas estão no exterior porque os exportadores aguardam o fim do ciclo altista do câmbio para internalizá-los; quando ocorrer, produzirá uma pressão baixista retroalimentadora.

E como seria o desempenho econômico no próximo governo?

Este é um terreno mais escorregadio, com variáveis não econômicas definindo o quadro macroeconômico. Mas, surpreendentemente, não há espaço para grandes diferenças, a menos que se cogite a eleição de um radical da esquerda. Sim, porque Lula eleito, deverá repetir o padrão de seu primeiro mandato, reforçando seu compromisso com a economia de mercado e focando nos gastos sociais; se ganhar Bolsonaro (uma hipótese cada vez mais remota), não há por que supor mudança da trajetória atual. E, se prevalecer a tão desejada terceira via, o substrato pró-mercado da atual política permanecerá. Não seria, portanto, temerário projetar um crescimento médio anual do PIB de 4,5%, inflação de 3%, com juros básicos de 4% e taxa de câmbio de R\$ 4,5/dólar. ■

Perspectivas para o Brasil: primazia da política e poder da moeda soberana



■ **LEONARDO BURLAMAQUI** é professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pesquisador do Levy Economics Institute-NY

Emergindo a partir de janeiro/fevereiro de 2020, a pandemia do coronavírus paralisou grande parte do planeta em semanas. Não só infectou a população como injetou uma enorme dose de incerteza no sistema global. Nesse sentido, como em muitos outros que veremos a seguir, é um fenômeno sem precedentes.

Entretanto, a raiz dos problemas que enfrentamos, além da contração econômica induzida pelo vírus e da destruição de milhões de vidas humanas, é uma crise de governança, uma crise produzida em grande parte pela disseminação do modo de governança da ideologia neoliberal e por seu pacote político "fundamentalista de mercado", em grande parte do capitalismo ocidental desde os anos 1980 (Przeworski: 1993 oferece uma percepção precoce, e aguda, das origens da crise de governança em curso).

Neste momento, agosto de 2021, estamos testemunhando, simultaneamente, uma crise da saúde, uma crise econômica e um agravamento da polarização social e política, bem como uma crise da capacidade estatal, da cooperação internacional e da confiança. São muitas as incógnitas, tanto o que se sabe que não se conhece, quanto o que não se conhece de fato (Os célebres "Known Unknowns e Unknown Unknowns, popularizados por Rumsfeld). Mas um fato é certo: vivemos em tempos conturbados.

Nesse sentido, a atual crise provocada pela Covid-19 é, além da perda devastadora de milhões de vidas humanas, uma continuidade da crise de 2008-2009. Entendida como crise de governança, ela projeta três dimensões fundamentais: a) uma profunda contração econômica aliada ao desemprego, à fome, à instabilidade financeira e à expansão do endividamento, público e privado, em quase todos os países; b) uma degradação ecológica contínua que abrange o aquecimento global persistente, o agravamento da poluição e uma brutal devastação ambiental; e c) uma aguda desintegração social, regiões devastadas, desigualdades crescentes, mortes por desespero, uma profunda crise de imigração e a rápida ascensão de uma

precariedade do trabalho produzida pela inteligência artificial (IA) e pela revolução dos robôs.

Esses fenômenos abriram uma enorme janela para movimentos políticos contrários – contramovimentos Polanyianos (Polanyi: 1944, Holmes: 2018) – de esquerda e especialmente de direita. Politicamente, estamos enfrentando uma mistura muito incomum de uma "Rebelión de las masas" (Ortega y Gasset) com uma "Revolta das Elites" (Lasch). Além disso, este Frankenstein político foi equipado por grandes plataformas de mídia social e por redes de televisão, com os instrumentos de propagação que o levam a tornar-se um movimento global de massa.

Diante desse quadro, quais são as perspectivas para a economia e a sociedade brasileiras pensando em um horizonte de “saída lenta” da pandemia? A resposta, em uma frase, começa com duas outras perguntas: a) qual será a coalização política no poder a partir das eleições de 2022? b) qual será o seu projeto de nação? A resposta a ambas é chave para desvendar a questão inicialmente proposta. Aqui, cabe notar que o governo Bolsonaro incorpora, como uma luva, tanto o projeto econômico neoliberal supracitado, sobrecarregando a crise de governança também acima resumida; quanto o “Frankenstein político” aludido.

A interseção entre ambos não só não teria como funcionar, pois suas respectivas lógicas econômica e política são antitéticas, como nos sagrou um dos países com pior performance no gerenciamento da crise da Covid. Em termos conceituais, estamos em terreno Polanyiano: o “movimento” em direção a um neoliberalismo radical¹, encabeçado pelo ministro Paulo Guedes e escorado em diversos segmentos da elite econômica, e em particular pelo mercado financeiro, *colidiu* com um “contramovimento” orquestrado por grupos de extrema direita – as coalizões da bala, da bíblia e do novo coronelismo em busca de proteção política para seus privilégios adquiridos ou demandados. O próprio Bolsonaro personifica didaticamente esse contramovimento (Lapper: 2021)².

Do ponto de vista concreto, estamos assistindo a um desmonte das redes de proteção social, ambiental, de capacidades estatais e de fontes públicas de financiamento de longo prazo, associadas a uma captura feroz do Estado pela via

1. Isto é: austeridade fiscal, compressão de direitos sociais, privatizações sem uma estratégia na qual se encaixem e o mercado financeiro ditando o “interesse público”. E, que fique bem claro aqui, o “projeto Paulo Guedes” vem radicalizar uma virada neoliberal, e não a instituir. Essa virada se inicia no segundo mandato de Dilma Rousseff, com a chegada de Joaquim Levy ao ministério da Fazenda. Ali, observamos o canto do cisne das pretensões de política econômica do PT e a “vitória do mercado”.

2. Sua aliança recente com o “Centrão” sinaliza não para a coerência, mas para o sincretismo, ainda que se encaixe no “contramovimento”.

do seu loteamento. Adicionalmente, há o desafio geopolítico. A administração Bolsonaro conseguiu a proeza de isolar o Brasil do mundo, antagonizar-nos, simultaneamente, com os Estados Unidos, a União Europeia e a China sem daí extrair qualquer tipo de dividendo. Pelo contrário, ganhou as manchetes internacionais como o exemplo do que não fazer³. Tornamo-nos uma espécie de pária na política internacional. Por fim, no front doméstico, o que se vê é a total ausência tanto de um projeto de nação, quanto de uma estratégia de desenvolvimento. Não é preciso muita ousadia analítica para sugerir que a continuidade desse *não projeto* não tem muito “perigo de dar certo”.

O que não significa que não possa persistir. Se a coalizão política no poder for vitoriosa nas próximas eleições, teremos mais do mesmo. Desorganização econômica e regressão política crescentes, somados a incrementos de desigualdades, degradação ambiental, e isolamento internacional. Em uma frase, uma sociedade de tipo “Blade Runner”, como a retratada no clássico de Ridley Scott. Esse retrato distópico não é, felizmente, a única alternativa no horizonte do possível. Pelo contrário. Os múltiplos sinais de desgaste que tanto o tecido econômico evidencia, quanto a sociedade civil começa a vocalizar, apontam para possibilidade de uma mudança significativa adiante.

No caso da vitória nas urnas de uma robusta coalizão política progressista dotada de um projeto de nação e de uma estratégia de desenvolvimento – a qual requer costuras políticas difíceis e ainda embrionárias, tratemos de sublinhar –, as transformações poderiam se iniciar imediatamente.

O primeiro, e mais urgente, conjunto de medidas de reestruturação institucional se refere a um processo de refundação do Estado Brasileiro. Desde as redes de proteção social, como o Bolsa Família e outros tipos de auxílios, até a despolitização dos ministérios e das agências regulatórias, passando pela reconstrução de capacidades estatais na saúde (SUS) na ciência (CNPq, Capes), no planejamento (Ipea, IBGE) e no financiamento estratégico de longo prazo (BNDES).

■ A dimensão macrofinanceira da crise e o poder da moeda soberana

A viabilização do anterior reside na explicitação e explicação da dimensão “macrofinanceira da crise da Covid, e do *modus operandi* da resposta, extremamente exitosa, dos bancos centrais à mesma; bem como da – menos exitosa – ofensiva na área da política fiscal, pela qual respondem os Tesouros nacionais, ou ministérios da fazenda/ economia. O esclarecimento desse ponto, por sua vez, exige uma mudança

3. A edição da revista “The Economist”, de 5 de junho do ano corrente é, talvez, a melhor ilustração desse ponto.

de plano analítico, remetendo-nos, nessa seção, a uma dimensão mais conceitual e “internacional”.

A dimensão financeira da crise da Covid tem um claro corte *Minskyiano* na medida em que aumentou significativamente o grau de fragilidade financeira de todos os agentes por ela engolfados e trouxe a possibilidade de uma súbita instabilidade dentro do próprio sistema financeiro obrigando os bancos centrais, em especial o FED, a atuarem agressivamente no provimento de liquidez a bancos e demais instituições financeiras e não financeiras, de modo a evitar a eclosão de um colapso financeiro comparável – ou maior – ao ocorrido em 2008-2009 (Minsky: 1982, 1986, Burlamaqui e Torres: 2020).

Graças à imediata reposta dos bancos centrais, sem precedentes do ponto de vista da injeção de liquidez no sistema financeiro, esse colapso foi evitado. Porém, a onda de falências, recuperações judiciais e as ameaças de falências, em curso, mostram-nos que muito ainda está por vir, do ponto de vista da gestão financeira da crise.

Quem vai pagar, e como, por esses processos de reconstrução institucional e de refundação do Estado e reconstituição de capacidades estatais? Essa é uma – ou “a” – questão central do ponto de vista das perspectivas de “saída bem-sucedida” da crise da Covid. Nesse sentido, o poder público e sua capacidade financeira é onde deve estar o foco e desse ponto de vista a “questão financeira” deve ser vista, na realidade, como uma dimensão “macrofinanceira”, pois envolve dois agentes e duas dimensões cruciais onde as variáveis macroeconômicas e financeiras se entrelaçam: os agentes são bancos centrais e tesouros. As dimensões são juros/financiamento e gastos/tributação (isto é: dimensões monetária/creditícia e fiscal)⁴.

Do anterior, emerge um ponto central no debate atual sobre a dimensão macrofinanceira. O do “espaço fiscal” – ou melhor, o da sua inexistência –, diariamente evocado pelo ministro Paulo Guedes e sua equipe. Por espaço fiscal, entenda-se a capacidade de endividamento público, e as, supostamente catastróficas, implicações da “irresponsabilidade fiscal”. Aqui, ouvimos que “a dívida pública brasileira poderá chegar a 100% do PIB no pós-crise”, e a implicação direta da afirmativa é que isso é uma catástrofe, e que teremos que voltar – de forma anabolizada – para os programas de austeridade anteriores à crise da Covid.

Da perspectiva teórica, analítica e empírica aqui adotada, nada mais equivocado que essa linha de argumentação. Os bancos centrais modernos – que emitem sua moeda por meio eletrônico e via reservas creditadas aos demais bancos –, ampliam

4. Envolve, como coprotagonistas, outras instituições, como bancos públicos, agências regulatórias, tribunais de contas e, não menos importante, autorizações do Congresso Nacional.

a capacidade desses agentes emprestarem – tem um poder gigantesco de criação de liquidez e ampliação do crédito. Isso implica dizer que Estados com moeda soberana, ao contrário de todos os demais agentes na economia, não têm restrição orçamentária⁵. Produzem a moeda na qual gastam e saldaram seus compromissos.

Aceitar essa descrição de como operam os bancos centrais implica afirmar que o Estado pode se financiar sem ter que arrecadar para “pagar suas contas”: repetindo, ele cria a moeda na qual gasta (e, eventualmente se endivida domesticamente). Por que teria que arrecadá-la *primeiro* para se financiar e *poder gastar*? (Wray: 1998, Mitchell, W, Wray, R and Watts, W: 2019, Lara Resende: 2020 Kelton: 2020).

Ao partirmos dessa premissa inicialmente contra intuitiva, mas facilmente observável pelo volume de recursos instantaneamente criados e já injetados nas economias nacionais pelos seus respectivos bancos centrais para prover liquidez aos demais agentes no enfrentamento dessa crise, abrimos uma “janela” totalmente distinta da convencionalmente utilizada⁶ para discutirmos as possibilidades de financiamento da reconstrução à frente.

Nessa moldura, o banco central pode financiar diretamente o tesouro, sem precisar “se endividar” junto ao público. O resultado é uma ampliação do balanço do BC, mas, no limite, trata-se de uma operação contábil⁷. Se há uma lei impedindo isso e obrigando o tesouro a se endividar com o setor privado, isso é um limite autoimposto pelo congresso, e não uma cláusula férrea ou uma “lei” econômica. Isto é, pode ser modificada se as coalizões políticas apropriadas estiverem no poder.

Um segundo ponto a ressaltar é justamente a respeito dos limites do endividamento público. Vivemos numa era de taxas de juros nulas ou negativas e ausência de inflação⁸. The “Land of Free Money” foi a capa da *Economist* da edição de 25 de julho do corrente. Em circunstâncias como essas, os limites ao endividamento se

5. Ou melhor, tem as restrições que escolhem ter e que se expressam por meio de leis criadas e votadas pelo congresso, mas que podem, obviamente, ser mudadas – como estão sendo aqui no Brasil (A extrema flexibilização do teto de gastos é apenas um exemplo).

6. A perspectiva convencional – ensinada nos livros-texto de economia é a da “economia da dona de casa” que tem que gastar com base na renda auferida, a qual é exogenamente determinada.

7. Isso, na prática, está ocorrendo, como o fez na crise de 2008-2009.

8. Há, no momento, uma discussão acirrada sobre o caráter temporário ou não da inflação registrada em praticamente todos os países afetados pela crise da Covid. A disrupção das cadeias produtivas aliada à demanda represada por conta de poupança forçada advinda auxílios emergenciais, e ganhos especulativos, frente a lockdowns explica a inflação. Sua temporalidade ou permanência é, por ora, uma conjectura. O progresso analítico está no fato de que o que se discute agora é o tamanho apropriado da injeção de liquidez e do estímulo fiscal, e não mais a sua necessidade.

9. <https://tradingeconomics.com/japan/government-debt-to-gdp>

tornam muito mais flexíveis, como vêm afirmando economistas nada heterodoxos como Olivier Blanchard, Larry Summers e Jason Furnam (Blanchard: 2019, Furnam and Summers: 2019).

Adicionalmente, e só para fins de ilustração, no momento, a dívida pública norte-americana é cerca de 107% do PIB, a britânica passa de 85%, a italiana – que não emite moeda soberana – é de 134% e a Japonesa ultrapassa 230%⁹. Nenhuma dessas economias está à beira de um “precipício fiscal” e seus Tesouros e credores nunca cogitaram a possibilidade de um calote¹⁰.

Por fim, um ponto que raramente é esclarecido. Qualquer dívida tem por contrapartida um crédito. Passivos são contrapartidas de ativos. Assim, a “dívida pública” nada mais é que “crédito privado”¹¹, e não um “buraco negro”. Se a “dívida” fosse substancialmente reduzida, ou completamente liquidada, um instrumento importante de regulação de liquidez pelo banco central deixaria de existir, o “crédito privado” com o poder público desapareceria e os seus beneficiários (os “mercados” e nós mesmos) deixaríamos de ser credores.

Em suma, as questões sobre “como financiar” envolvem bem mais do que espaço fiscal e carga tributária, e a “questão da dívida” deve ser tratada como um problema de como reestruturá-la e estabilizar seu crescimento *no tempo*. Isso envolve bancos centrais, monitoramento das condições de endividamento, prazos de maturação e exige juros baixos (o que já temos¹²), além de envolver também tesouros nacionais e *programas estratégicos de estímulo* via gasto público na criação de empregos e em investimentos estratégicos para o “pós-Covid” (justamente o que não temos, mas podemos e devemos forjar). Envolve, por fim, e de forma crucial, coalizões políticas capazes de sustentar sua implementação.

■ As alavancas da recuperação: política fiscal e coalizões políticas

Como explicitado acima, e a afirmativa é válida tanto para a crise de 2008-2009 quanto para a atual, a capacidade dos bancos centrais para *prover crédito e liquidez* (emprestar) mostrou-se praticamente ilimitada. Por contraste, *seu poder*

9. <https://tradingeconomics.com/japan/government-debt-to-gdp>

10. Nesse sentido, a soberania monetária do Brasil é superior à italiana, dado que emitimos o Real, que controlamos, enquanto a Itália – e todos os membros da União Europeia – usam o Euro, que é emitido pelo Banco Central Europeu.

11. E se assim fosse nomeada, talvez os mal-entendidos fossem menores.

12. A despeito do aumento recente, pelo Banco Central, os juros no Brasil são, hoje, historicamente baixos. A velocidade em que serão incrementados depende tanto das condições de inflação, quanto do poder da coalizão política encabeçada pelos grandes bancos e instituições líderes do mercado financeiro.

fiscal (capacidade de gastar e alocar carga tributária) é extremamente limitado ou inexistente. Aqui, torna-se clara a *importância da dimensão fiscal* nos esforços de mitigar choques econômicos e financeiros e transformá-los em processos de recuperação e expansão, sem os quais é difícil pensar de forma clara sobre reconstrução de capacidades estatais, justiça social e robustecimento democrático.

Nesse sentido, há pelo menos quatro avenidas onde a *dimensão fiscal* é crítica: 1) a restauração da confiança empresarial de modo a reverter expectativas levando à decisões de gasto privado que geram emprego e renda, os quais têm efeito imediato nos fluxos de caixa de empresas e famílias; 2) a recuperação de receitas fiscais de estados locais e municípios, os quais não criam moeda e dependem de receita fiscal para se financiarem; 3) o auxílio, via retomada da atividade econômica, à recuperação e reestruturação de empresas viáveis, ainda que endividadas; e 4) o estabelecimento das condições para que a recuperação seja seguida de uma expansão econômica sustentada, de modo a prover a capacidade produtiva necessária para absorver o “oceano” de liquidez criado pelos bancos centrais, e, assim, evitar pressões inflacionárias e/ou disrupções nas cadeias produtivas em momento futuro.

A estruturação de um “pacote fiscal” dessa natureza está, por certo, longe de ser uma tarefa simples – tanto técnica quanto política. Assim, as tarefas de estruturar a recuperação econômica e refundar o Estado devem ser pensadas como sincrônicas, e as condições necessárias para tal são a existência de uma estratégia clara sobre como articulá-las e coalizões políticas no poder capazes de executá-la. Concluo afirmando que, embora muitas das questões a serem enfrentadas não sejam novas, as respostas para elas têm que ser. ■

Oportunidades do Brasil rumo à OCDE



■ **PAULA BARATELLA** é secretária-adjunta da Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil da Presidência da República e membro do Conselho Gestor Brasil-OCDE. Formada arquiteta, é mestre em Engenharia Civil pela Unicamp



■ **JÚLIO ALEXANDRE SILVA** é analista da Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil da Presidência da República e foi secretário de Planejamento e Assuntos Econômicos do antigo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

O Brasil tem grande potencial para se consolidar como líder global. É a maior economia da América Latina e a 12ª do mundo, com PIB superior a 1,8 trilhão de dólares (Banco Mundial, 2021). Ademais, é o país “parceiro-chave” com o mais elevado nível de adesão aos padrões da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.

A acessão do Brasil à OCDE proporcionará benefícios mútuos para Organização e para a economia brasileira. Por um lado, somos um país democrático com laços culturais e econômicos com a maioria dos países do mundo, o que amplia a representatividade global da OCDE e a legitimidade das suas recomendações e políticas. Por outro, o Brasil poderá elevar sua inserção internacional e ampliar contato com boas práticas, além de impulsionar sua agenda de reformas domésticas, sinalizando melhoria no ambiente institucional, com vistas a aumentar a produtividade total dos fatores de produção.

Dadas as mudanças demográficas, com redução esperada da entrada de novos jovens no mercado de trabalho, e ainda considerando os desafios estruturais das contas públicas, o aumento da produtividade representa fator essencial para alcançar uma trajetória de crescimento sustentável ao longo dos próximos anos.

Nesse sentido, vale destacar a relação entre a acessão à OCDE e a Estratégia Federal de Desenvolvimento – EFD para o Brasil no período de 2020 a 2031 (Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020). A acessão à OCDE vai contribuir de maneira relevante para o alcance do cenário transformador da

EFD, que prevê um conjunto amplo de reformas, além daquelas requeridas para o equilíbrio fiscal de longo prazo, na direção de incentivar o aumento da produtividade geral da economia.

A despeito dos benefícios esperados, o principal país-candidato a tornar-se membro pleno da OCDE ainda tem importantes desafios a superar. E a retomada pós-pandemia pode ser oportuna para estimular as reformas necessárias, para implementar compromissos já assumidos e, assim, impulsionar a liderança brasileira.

Em 2020, o Brasil concluiu a adesão ao 100º Instrumento Legal da OCDE – marca que representa mais de 40% de adesão ao acervo normativo do grupo de membros – e foi destaque no documento “*OECD Active in Brazil*” (OCDE, 2020) pela evidente e gradual convergência do acervo normativo nacional aos instrumentos legais da Organização. A aproximação Brasil-OCDE se estabeleceu há mais de duas décadas e, em 2017, o País formalizou sua candidatura ao processo de acesso ao grupo, para o qual aguarda resposta.

Desde então, tornou-se prioritária a convergência das políticas públicas nacionais às boas práticas internacionais como parte da agenda de melhoria do ambiente de negócios e de maior integração à economia mundial. Atualmente, o Brasil participa, de forma ativa, de Comitês da OCDE sobre agricultura, tributação, comércio, estatística, governança corporativa e pública, investimentos, ciência e tecnologia, educação e economia digital. Além disso, possui voz e voto em instâncias que discutem temas relevantes como questões de concorrência e medidas antissuborno.

No âmbito dessa participação ativa, a OCDE, em seu relatório “*Going for Growth: Shaping a Vibrant Recovery*” (OCDE, 2021a), que discute prioridades para a recuperação pós-pandemia, sugere como prioridade para o Brasil uma ampla reforma estrutural com base no tripé sustentável “social-ambiental-econômico”, ressaltando: *a) a ampliação do sistema de proteção social; b) a melhoria do ensino e capacitação profissional; c) a redução de barreiras à concorrência; d) a redução de distorções no sistema tributário; e e) a preservação do meio ambiente.*

Diante desse cenário, é importante enfatizar a relevância do processo de preparação para a adesão do Brasil à OCDE ao promover ganhos concretos em temas institucionais, ambientais e econômicos. Trata-se de uma trajetória marcada por avanços graduais que evidencia a estratégia adotada pelo país: incorporação sistemática de recomendações da Organização e ampliação do engajamento e participação em instâncias de discussão e avaliação técnicas como grupos de trabalho, comitês temáticos e estudos de revisão por pares (*peer reviews*). O bom

desempenho brasileiro nessa fase – anterior ao início formal de acesso – qualifica o Brasil como país-candidato e antecipa resultados positivos para o ambiente de negócios pós-pandêmico.

A preparação e o acompanhamento do processo de acesso do Brasil, cuja competência é do Conselho Brasil-OCDE (BRASIL, 2019), ganhou nova dinâmica e relevância em razão da pandemia. A convergência de políticas e normas aos padrões internacionais da Organização foi reforçada, e isso sinaliza, de forma clara, ao mercado e à comunidade internacional, o compromisso do Brasil com uma economia aberta, previsível, responsável e transparente. No eixo econômico, são destaques os seguintes avanços:

- **Medidas de reciprocidade:** o movimento de adesão aos Códigos da OCDE de Liberalização de Movimento de Capitais e de Operações Correntes Intangíveis, iniciado em 2017, já está promovendo progresso gradual de liberalização de capitais, de investimentos e de serviços, com maior inserção da economia brasileira na economia global. Por exemplo, no setor de seguros, houve revogação da exigência de reciprocidade para atuação de seguradoras estrangeiras no mercado brasileiro;
- **Abertura ao capital estrangeiro:** a publicação da Lei nº 13.842/2019, que ampliou a possibilidade de participação de capital estrangeiro no mercado de aviação civil brasileiro, permitindo que investidores estrangeiros adquiram até 100% do capital social votante de empresas do setor; e o Decreto nº 10.786, que tornou pública a decisão de não renovar a vigência do Convênio sobre Transporte Marítimo entre o Brasil e o Uruguai, bem como do Acordo sobre Transportes Marítimos entre o Brasil e a Argentina;
- **Defesa da concorrência:** as recomendações das revisões por pares da OCDE realizadas em 2005 e 2010 e a adesão ao Instrumento Legal sobre Neutralidade Concorrencial (100ª adesão) estão refletidas na legislação nacional vigente, principalmente, no que diz respeito ao controle de fusões, multas e sansões.

Apesar desses avanços, ainda existem desafios para a convergência da agenda econômica. Persistem restrições relacionadas aos serviços profissionais legais, como o de advogados credenciados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e os prestadores de serviços de contabilidade e auditoria, para os quais há exigências de reciprocidade para o provimento de serviços no Brasil, contrariando normativas da OCDE.

Outra questão a superar ao longo do processo de preparação para a acesso é a modernização da legislação cambial. Nesse sentido, o Projeto de Lei nº

5.387/2019 (“PL Cambial”), de autoria do Poder Executivo, já foi aprovado na Câmara dos Deputados e aguarda votação no Senado Federal. Com a adoção do regime flutuante de câmbio e a política de acumulação de reservas internacionais, tornou-se possível modernizar as regras aplicadas no mercado de câmbio, simplificando e consolidando regulações de forma a elevar a segurança jurídica.

Adicionalmente, a acessão do Brasil à OCDE precisará enfrentar questões relativas à tributação, em especial aquelas relacionadas à cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre operações de câmbio e à convergência das práticas nacionais relacionadas a preços de transferência aos padrões da OCDE.

Alguns desses desafios estão sendo analisados na Revisão da Política Regulatória (*peer review*) em curso. Em fevereiro de 2021, a Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME) e a Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil (Serex/CC) lançaram o programa Reg-OCDE. A iniciativa consiste num conjunto de medidas a serem implementadas pelo Governo Federal com o objetivo de incorporar as melhores práticas recomendadas pela OCDE, promovendo concorrência e competitividade em distintos setores e atividades, com base no Indicador *Product Market Regulation* (PMR).

No que diz respeito aos avanços no Eixo Institucional, destaca-se como central o tema da governança por sua natureza transversal e por envolver relação estreita com a confiabilidade das organizações. O Brasil também apresentou avanços importantes em temas como compras públicas e integridade pública (percepção dos níveis de corrupção):

- Governança pública (Revisão por Pares das Funções e Capacidades de Centro de Governo – Peer Review): o estudo em parceria com a OCDE busca o aprimoramento da estrutura de centro de governo e o reforço de suas capacidades governamentais relativas à coordenação, formulação e entrega de políticas públicas eficazes à sociedade. O estudo está em fase final de elaboração e as recomendações dos pares serão apresentadas ainda esse ano à Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil, que coordena o estudo.
- Compras Públicas: a Lei nº 14.133/2021 estabeleceu novas regras sobre compras públicas. As adequações normativas estão alinhadas às melhores práticas da OCDE, além de aumentar a transparência e a profissionalização dos processos. Medidas adicionais como o estabelecimento de obrigações a entes subnacionais e institucionalização da governança de contratações públicas

também são avanços que atendem às recomendações da organização. Outro trabalho importante na área é o relatório sobre “Combate a cartéis em licitações no Brasil”, lançado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em parceria com a OCDE.

Por fim, as expectativas relacionadas às questões ambientais apontam para o eixo ambiental como aquele em que o Brasil precisa demonstrar maior convergência – seja para com a OCDE ou demais organizações internacionais. Pois, a retomada econômica baseada no “crescimento verde” tem o potencial de influenciar positivamente o desempenho da economia brasileira, a percepção internacional sobre a relação do Brasil com o meio ambiente e seus recursos naturais e, conseqüentemente, a capacidade de o país atrair mais investimentos estrangeiros.

A agenda ambiental da OCDE oferece inúmeras oportunidades para a melhoria do ambiente de negócios, com ênfase para os investimentos ligados ao crescimento verde e à transição para uma economia de baixo carbono. São temas relevantes para o processo de adesão aos instrumentos ambientais: mercado de carbono, atração de investimentos resilientes sustentáveis, comércio internacional de lixo eletrônico, geração de empregos verdes, qualidade do meio ambiente, mudanças climáticas, proteção da biodiversidade e infraestrutura verde.

Considerando o contexto da pandemia e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP26, em novembro de 2021, a agenda ambiental tornou-se prioritária para a OCDE, na medida em que seus membros estão focados na promoção de uma recuperação verde, sustentável e inclusiva. Isso exige, portanto, uma postura assertiva e coerente do Brasil diante das negociações climáticas que se aproximam. Pois, ainda há desafios a superar:

- **Participação no Comitê de Políticas Ambientais da OCDE (Environment Policy Committee – Epoc):** atualmente, o Brasil participa do Epoc como parceiro-chave convidado. No entanto, o país protocolou, em 2019, pedido para elevar seu status à “participante” do Comitê, mas ainda não recebeu resposta. A participação plena no comitê permite maior interação e troca de experiências acerca de questões e de políticas ambientais, contribuindo para o aprimoramento das ações brasileiras na matéria mediante diálogo com todos os membros da OCDE, com base em análises e evidências empíricas.
- **Instrumentos legais ambientais em processo de adesão:** em 2017, o Brasil protocolou pedido formal para adesão a 37 dos 46 instrumentos legais da OCDE que tratam de matéria ambiental. Dos 37 instrumentos solicitados, 18 foram analisados e apenas dois apresentaram incompatibilidades. Restam, ainda, 23 instrumentos legais para uma segunda etapa de revisão ambiental.

■ Relatório sobre desempenho ambiental do Brasil (OCDE, 2021b): o relatório examina o alinhamento brasileiro a 23 instrumentos ambientais e conclui que, “embora, no geral, ainda não esteja alinhado com os padrões ambientais da OCDE, extensa legislação na área e uma sociedade civil ativa colocam o Brasil em uma boa posição para atingir um grau de alinhamento aceitável”. E destaca que “o desafio é colocar em prática as disposições legais que já possui na área ambiental”, ou seja, assegurar a implementação efetiva de suas políticas ambientais.

Considerando avanços e dificuldades, o processo de preparação para a acessão do Brasil à OCDE apresenta progressos importantes que resultam da soma de esforços de servidores públicos profissionais e qualificados, de parceiros sérios e comprometidos e de autoridades governamentais engajadas com os compromissos assumidos. Mesmo cientes de que o país ainda tem desafios a superar, vale ressaltar que o fortalecimento da cooperação OCDE-Brasil trará benefícios mútuos para as partes e intensificará a disseminação, em nível global, de melhores práticas e recomendações da OCDE para o enfrentamento regional dos desafios econômicos, sociais e ambientais atuais, sobretudo num cenário crítico pós-pandemia. ■

■ Referências bibliográficas

BANCO MUNDIAL (2021). The World Bank Open Data: Brazil. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/brazil?locale=pt> Acesso em: 07 de setembro de 2021.

BRASIL (2019). DECRETO Nº 9.920 de 18 de JULHO de 2019. Institui o Conselho para a Preparação e o Acompanhamento do Processo de Acessão da República Federativa do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9920.htm>. Acesso em: 08 de setembro de 2021.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD) (2020). OECD Active in Brazil Paris: OECD, 2020. 67 p. Disponível em: <https://issuu.com/oecd.publishing/docs/active_with_brazil_2020__en_web-1a_>. Acesso em: 08 de setembro de 2021.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD) (2021a). Going for Growth: Shaping a Vibrant Recovery. Going for Growth 2021 – Brazil. Paris: OECD, 2021. 4 p. Disponível em: <<https://www.oecd.org/economy/growth/Brazil-country-note-going-for-growth-2021.pdf>>. Acesso em: 08 de setembro de 2021.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD)
(2021b). Evaluating Brazil's progress in implementing Environmental Performance Review
recommendations and promoting its alignment with OECD core acquis on the environment.
Paris: OECD, 2021. 72 p. Disponível em: < [https://www.oecd.org/environment/country-reviews/
Brazils-progress-in-implementing-Environmental-Performance-Review-recommendations-and-
alignment-with-OECD-environment-acquis.pdf](https://www.oecd.org/environment/country-reviews/Brazils-progress-in-implementing-Environmental-Performance-Review-recommendations-and-alignment-with-OECD-environment-acquis.pdf)>. Acesso em: 08 de setembro de 2021.

Covid-19 não ameaça o fenômeno da longevidade



■ **JORGE FELIX** é jornalista, doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP e professor na graduação e pós-graduação em Gerontologia da Universidade de São Paulo (USP). É comentarista sobre longevidade na Rede Globo e autor do livro “Economia da Longevidade”

A pandemia da Covid-19 reduziu a expectativa de vida ao nascer em quase todo o planeta. Nos Estados Unidos, a estimativa do National Center for Health Statistics é de uma queda de 1,5 ano¹ em 2020. Estudos alertam para as desigualdades sociais desse impacto naquele país, uma vez que a redução para os pretos e os latinos foi de três a quatro vezes superior que a média². Os Estados Unidos já registravam uma expectativa de vida inferior a 80 anos e abaixo dos padrões dos países ricos, inclusive, impactando a média do conjunto da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Nos países da União Europeia, ocorre o mesmo, com destaque para a Espanha, de menos de 1,6 ano, seguido de Bulgária (1,5), Polônia, Lituânia e Romênia (todos com menos 1,4)³. No Brasil, ocorreu algo pior, a queda alcança 1,94 ano, devolvendo o País, nesse importante critério de bem-estar, para o ano de 2013⁴. De acordo com os autores da pesquisa, a recuperação nos próximos anos será lenta, pois ganhávamos cinco meses de vida a cada ano desde a década de 1940.

Esses dados, no entanto, podem induzir a uma conclusão equivocada de que o fenômeno da longevidade ou do envelhecimento populacional estaria ameaçado pelos impactos da pandemia. Esse diagnóstico poderia instilar justificativas para o relaxamento de políticas públicas capazes de enfrentar os desafios da dinâmica demográfica do século XXI. Nada seria mais errôneo.

Assim como respondeu em tempo recorde com a criação de inúmeras vacinas, potentes para mitigar significativamente os efeitos do SarsCov-2 e suas variantes, a ciência oferecerá, sem dúvida, os caminhos para a manutenção do crescimento da expectativa de vida. As previsões de que metade das crianças japonesas viverão mais de 107 anos e, paradoxalmente, as norte-americanas, 104, permanecem inalteradas⁵. A questão continua sendo o quão governos estão dispostos ou aptos a aproveitar a bandeja de oportunidades oferecida pelo conhecimento e, sobretudo, como distribuirão essa riqueza para a totalidade da população, uma vez que, como

destaca o geneticista David A. Sinclair, “só por viver mais, os ricos estão ficando mais ricos”⁶.

A longevidade humana foi uma das grandes promessas da modernidade e, talvez, seja a única que, de fato, foi cumprida devido à ascensão do conhecimento científico sobre o mundo metafísico ou as crenças divinas. Mas o capitalismo sempre teve dificuldade em absorver os segmentos etários ou populacionais considerados improdutivos. Demorou a reconhecer a infância, submetida às condições bem descritas pelos estudos de F. Engels⁷ ou pela literatura de Charles Dickens⁸, e, até hoje, ainda se recusa a absorver a velhice. Nega sua própria vitória.

A exceção foram os chamado “30 anos gloriosos” (1945-1975) ou período do “consenso keynesiano” no pós-guerra, mas esse foi um interstício do capitalismo⁹. Não era ele mesmo. Atualmente, quando desde o fim dos anos 1970 voltou a falar por si, a sua resposta a uma expectativa de vida alta foi a negação da própria vida, como verbalizou o ministro da Economia, Paulo Guedes, ao dizer que “o Estado não consegue acompanhar”, pois “todo mundo quer viver 100, 120, 130 anos”¹⁰.

O mesmo já havia sido dito por um seu colega japonês, Taro Aso, em 2013, na reunião do Conselho Nacional de Reforma da Seguridade Social: “Deus me livre de ser forçado a viver se quisesse morrer. Eu acordaria me sentindo cada vez pior sabendo que o tratamento foi todo pago pelo governo. O problema não será resolvido, a não ser que você deixe que os idosos se apressem e morram”. Logo no início da pandemia no Brasil, a chefe da Superintendência de Seguros Privados, Solange Paiva Vieira¹¹, repetiu a pregação pela morte dos velhos, em reunião no Ministério da Saúde. Segundo ela, as mortes dos idosos por Covid-19 seriam benéficas para as contas da Previdência Social¹², como amplamente noticiado e confirmado por vários dos presentes.

■ Fator perturbador do capitalismo

Essa verbalização descarada da morte como solução para os objetivos fiscalistas do Estado mostra o quanto um certo modelo econômico, simplificada mente dito neoliberal, perdeu sua capacidade de atuação diante da dinâmica demográfica. Ao perder sua condição de *homo faber*, no sentido arendtiano, o ser humano, segundo essa visão economicista, passa a ser visto mecanicamente como *homo sacer*, por definição aquele cuja morte é indiferente¹³. Como disse Hannah Arendt, o único vencedor possível é o *animal laborans*.

Essa constatação revela mais: a longevidade tornou-se um fator perturbador do capitalismo. A gestão da economia no século XXI se digladiava com esse sucesso

da modernidade. Durante a pandemia, nenhum outro político no planeta retratou mais esse sentido dessa ideia economicista do que o presidente Jair Bolsonaro em suas inúmeras declarações¹⁴ desdenhando a morte dos idosos. Nada mais ilustrativo daquilo que o historiador canadense Quinn Slobadian denomina “descarte de população” para designar uma prática contumaz da contemporaneidade, na qual os idosos aparecem ao lado de pretos, pessoas LGBTQI+, com deficiência, imigrantes desqualificados e mulheres¹⁵.

Essas questões nos empurram para a necessidade de sublinhar, mais uma vez, o caráter multidimensional do envelhecimento populacional e do fenômeno da longevidade em um contexto de globalização¹⁶. Ancoramos aqui essa tese no ponto mais vulnerável do debate atual sobre a dinâmica demográfica no Brasil. Esse confinamento crônico no aspecto fiscalista, sobretudo da previdência, cega-nos e tem limitado o potencial do país para enfrentar os desafios da longevidade, nos distanciando de políticas públicas de vanguarda no campo econômico já adotadas mundo afora. A principal delas é a *economia da longevidade*.

Até a crise financeira mundial de 2008, o envelhecimento populacional era interpretado somente pela dimensão de seu custo ou carga fiscal para as sociedades. Essa visão fiscalista sustentou uma constante reformulação dos sistemas de seguridade social. Os formuladores de políticas públicas estabeleceram na sociedade o “pânico do ônus dos idosos”¹⁷. Embora essa aceção da dinâmica demográfica do século XXI ainda seja hegemônica na economia mundial – e no Brasil, como dito acima –, ela atualmente divide as ações em políticas públicas nos países desenvolvidos com uma outra interpretação. O envelhecimento populacional, cada vez mais, é visto *também* como um fator gerador de valor e capaz de, dependendo de ação estratégica e planejamento, oferecer respostas construtivas no aspecto socioeconômico.

Essa interpretação forjou uma nova área do conhecimento denominada economia da longevidade (ou *silver economy*, em inglês, embora *longevity economy* esteja cada vez mais presente na literatura internacional). O termo *silver economy* surge, no Japão, na década de 1970, vinculado ao marketing (*silver market*) e aos interesses do mercado publicitário no crescimento da demanda dos idosos. Há muito tempo, no entanto, esta compreensão da economia da longevidade filiada ao marketing transpôs as fronteiras meramente mercadológicas e transformou-se em uma ação intersetorial.

A economia da longevidade é atualmente um conceito de política pública. É definida como uma estratégia de política industrial, portanto construída por meio de investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e estímulos para a inovação em produtos e serviços capazes de oferecer ou ampliar o bem-estar da população

idosa – a partir da emergência de uma nova cesta de consumo das famílias de e com idosos – e gerar divisas aos países por meio de exportação e royalties, contribuindo assim para a sustentabilidade do estado de bem-estar social¹⁸.

Esse conceito tem um caráter descritivo e normativo. No primeiro caso, faz parte de novos sistemas econômicos que podem assumir a forma de modelos descritivos e paradigmas. No segundo aspecto, é crucial construir deliberadamente modelos normativos (programas ou estratégias) relacionados às atividades dos tomadores de decisão (*policy makers*) e dos agentes econômicos. Cada um dos sistemas econômicos propostos, constituindo uma ideia política, passa a integrar o discurso público e científico.

Essa nova interpretação sustenta e inspira o que o economista polonês Andrzej Klimczuk denomina de “políticas criativas para o envelhecimento”, isto é, muito além de minimalistas respostas fiscais até agora observadas majoritariamente em quase todos os países. Um exemplo de processo de ideias inovadoras em políticas públicas, observa Klimczuk¹⁹, é a indicação pela Comissão Europeia da necessidade de se formular “respostas construtivas” para o desafio do envelhecimento populacional, entre as quais inclui a economia da longevidade²⁰.

■ Pilares da economia da longevidade

No século XXI, essa economia avança, sobretudo, na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), pois uma vez que a tecnologia é a intermediadora de quase tudo na vida contemporânea também o será assim nos cuidados de longa duração para idosos e estimula uma subárea da Gerontologia, atualmente em evidência, a Gerontecnologia, âmago dessa estratégia²¹. Este é o segmento de maior interesse concorrencial no que identifico no meu livro “Economia da Longevidade” como “geopolítica do envelhecimento”. As possibilidades de um país enfrentar de maneira bem-sucedida os desafios demográficos desse século dependerá, cada vez mais, de sua inserção nessa geopolítica, sobre todos os aspectos, mas principalmente em três: indústria da saúde, indústria dos cuidados prolongados e genética.

A implementação desses pilares da economia da longevidade, como demonstro em meus artigos, alguns com Klimczuk, está acoplada a um ecossistema de economias que emergem a partir das metamorfoses sociais do nosso século, isto é, a urbanização, a informacionalização, a questão ambiental, a TIC e a dinâmica demográfica e setores nascentes da indústria. Esse ecossistema encontra pontos de intersecção entre a economia do cuidado (*care*), economia criativa, economia social e economia da longevidade²².

Esse também é o caminho recomendado pela OCDE, pelo G20 e pela Comissão Europeia com perspectivas de desenvolvimento econômico, ou seja, criação de emprego e respostas inovadoras para as demandas sociais do envelhecimento, sobretudo os cuidados de longa duração, mas também com potencial para alavancar o empreendedorismo social. Klimczuk compara analiticamente os modelos de adoção da estratégia da economia da longevidade em âmbito nacional e regional na União Europeia. De acordo com a pretensão de cada projeto, se faz necessário a construção de normas e parcerias público-privadas e/ou acadêmicas capazes de fomentar a inovação sempre com perspectivas de exportação.

Essas ações constituem atualmente complexos econômicos-industriais da saúde e do cuidado ao redor do mundo que, na conjuntura da pandemia da Covid-19, foram ainda mais estimulados por políticas nacionais que visam à autonomia ou independência, por exemplo, de insumos farmacêuticos e outros produtos demandados pela população idosa, desde alimentares até o desenvolvimento de softwares e/ou robótica social. Essas iniciativas fortalecem os laços dentro do citado ecossistema, sobretudo entre a economia da longevidade e a economia do cuidado, impulsionando a inovação em produtos e serviços.

A literatura é profícua em relatar as experiências locais, como os casos da província (diptación) de Zamora, na Espanha, com o projeto de responder ao desafio do despovoamento com a transformação da região em um “território silver”, um polo tecnológico de desenvolvimento de produtos e serviços para o envelhecimento²³. Na Tailândia, estima-se que a economia da longevidade poderia alcançar uma contribuição de 1/5 do produto interno bruto²⁴. No Leste Europeu, essa economia colabora para governos locais criarem soluções para comungar o envelhecimento com a questão urbana, estimulando a concretização de projetos de cidade amiga dos idosos²⁵. Na Valônia, o parlamento implementa uma estratégia de economia da longevidade para fomentar setores adormecidos daquela região belga²⁶. A Oxford Economics estima que essa economia já movimenta 7 trilhões de dólares no planeta²⁷.

No Reino Unido, a economia da longevidade faz parte oficialmente da estratégia de reindustrialização²⁸. A França é considerada o *benchmark* para a União Europeia, com sua estratégia implementada desde 2013 a partir de uma articulação dos ministérios da Economia, Recuperação Produtiva e Digital e o da Solidariedade e Saúde. Durante oito anos, o país promoveu a conexão entre a sua estratégia de economia da longevidade com aceleradoras de startups, prêmios de inovação a jovens empreendedores e investimento em pesquisa e desenvolvimento, sobretudo por meio dos programas Horizon 2020 e Horizon 2030, com a estratégia FranceTech, que resultou em inúmeras patentes em robótica social ou teleassistência. Depois da Covid-19, o presidente Emmanuel Macron anunciou a

ampliação da política industrial no âmbito da saúde com metas ousadas de busca de autonomia, como a autossuficiência em paracetamol até 2023.

■ Desafio de emular boas práticas

O desafio para o Brasil, portanto, é abandonar o “pânico do ônus dos idosos” e quebrar tabus e dogmas econômicos para emular boas ações internacionais. Pouco foi realizado por aqui nesse caminho. Algumas ações de agências de fomento e, mais recentemente, tímidas iniciativas dentro do Projeto Horizon para os países em desenvolvimento. Quase nada por iniciativas municipais, estaduais e, principalmente, federal. Ao contrário. Como dito, nos últimos anos, acentuou-se a visão fiscalista e inconstitucional no que diz respeito ao direito à vida como únicas respostas possíveis.

À medida que a população brasileira envelhece, o Brasil vai se tornando mais dependente²⁹. Em 2019, o presidente da Petrobras, Carlos Castello Branco, referindo-se ao seu setor, disse que o País precisava “abandonar o fetiche da indústria”. Para o presidente do Instituto de Política Econômica Aplicada (Ipea), Carlos Von Doellinger, o Brasil deve esquecer a indústria e voltar-se para a exploração de recursos naturais. Enquanto isso, o mundo desenvolvido apressa-se em conquistar espaço na indústria complexa que emerge com a longevidade. Muitos economistas liberais brasileiros, presos ao dogmatismo que condena qualquer tipo de política industrial, acreditam que o crescimento econômico sustentável e os desafios demográficos podem ser conquistados com a exportação de soja e minério de ferro, o que, de maneira alguma, é um consenso na economia, como bem destaca o francês Pierre Salama justamente ao citar seus colegas brasileiros no seu livro mais recente³⁰.

Durante a pandemia, a ciência foi valorizada como única resposta possível aos desafios da crise sanitária. Portanto, seria coerente, agora, os economistas reconhecerem que respostas construtivas devem ser adotadas para o fenômeno da longevidade, pois as até aqui prometidas, sob a guarda dos fiscalistas, parecem ter oferecido apenas a morte como solução. A economia da longevidade é apenas umas das respostas construtivas. Outros países já estão atentos a isso. Na geopolítica do envelhecimento, o que está em jogo é: quem vai pagar pelo envelhecimento de quem? Ou melhor, quem terá direito a viver mais – afinal, essa é a maior missão da economia. Sempre bom lembrar. ■

■ Notas

1. Arias, E. et al. Provisional Life Expectancy Estimates for 2020, Vital Statics Rapid Release, Report N° 015, July, 2021. U.S. Department of Health and Human Services - Centers for Disease Control and Prevention.
2. Andrasfay, T.; Goldman, N. Reductions in 2020 US life expectancy due to COVID-19 and the disproportionate impact on the Black and Latino populations, PNAS February 2, 2021 118 (5) e2014746118; <https://doi.org/10.1073/pnas.2014746118>
3. EUROSTAT, 2021 Life expectancy decreased in 2020 across the EU. <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/-/edn-20210407-1>
4. Castro, M.C. et al. Reduction in the 2020 Life Expectancy in Brazil after COVID-19, (preprint) MedRxiv doi: <https://doi.org/10.1101/2021.04.06.21255013>
5. Sinclair, D.A. Tempo de vida, por que envelhecemos e por que não precisamos, Rio de Janeiro, Editora Alta Books, 2021. p.219
6. Op.cit. p. 232.
7. Engels, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, São Paulo, Editora Boitempo, 2010.
8. Dickens, C. Tempos difíceis, São Paulo, Editora Boitempo, 2014.
9. FELIX, J. Economia da Longevidade, o envelhecimento populacional muito além da previdência, São Paulo, Editora 106 Ideias, 2019.
10. FELIX, J. Morte, a resposta do Posto Ipiranga, 29 de abril de 2021. Disponível em <https://economiadalongevidade.com.br/comentarios/morte-a-resposta-do-posto-ipuranga/>
11. A economista fluminense Solange Paiva Vieira ocupou cargo técnico no Ministério da Previdência, no governo Fernando Henrique Cardoso, e é atribuída a ela a criação do fator previdenciário inserido na reforma previdenciária de 1998 que, de fato, driblou a derrota da proposta de idade mínima na Câmara dos Deputados, reduzindo, assim, os valores das aposentadorias em 24% e atingindo os trabalhadores e trabalhadoras mais pobres, sobretudo estas últimas, ampliando a desigualdade de gênero na velhice. Ver <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/45622/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>
12. Ver <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,morte-de-idosos-por-covid-19-melhora-contras-da-previdencia-teria-dito-chefe-da-susep,70003317874>
13. Arendt, H. A condição humana, São Paulo, Companhia das Letras, 2014.
14. DEBERT, G.G.; FELIX, J. Covid-19 in Brazil: Who Could the Elderly Count on?, Gérontologie et Sociétés, Paris, 2021. Artigo aceito para publicação.
15. Slobodian, Q. Globalists: The End of Empire and the Birth of Neoliberalism, Harvard University Press, 2018.
16. Neilson, B. Globalização e as biopolíticas do envelhecimento, trad. Vanessa Sander In: Debert, G.G.; Pulhez, M.M. (orgs.) Textos Didáticos – desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência, nº 66, junho, 2017, Campinas, IFCH-Unicamp.

-
17. Walker, A. Public Policy and Theories of Aging: Constructing and Reconstructing Old Age In: Bengston, V.L.; Schaie, K.W. (eds) Handbook of Theories of Aging, New York, Springer, pp. 361-377, 1999.
 18. EPRS (European Parliamentary Research Service) The silver Economy: Opportunities from Aging, Brussels, EPRS, 2015.
 19. Klimczuk, A. The Silver Economy as a Constructive Reponse in Public Policy on Aging In: I.B. Bojanić, A. Erceg (eds) Strategic Approachs to Aging Population: Experiences and Challengers, pp. 19-35 J.J. Strossmayer University of Osijek, Osijek, 2021.
 20. EC (European Commission) The Silver Economy: Final Report, Brussels, EC, 2018.
 21. Ver <https://www.gerontechnology.org/> ou para o chapter brasileiro da International Society for Gerontechnology, ver <https://www.sbgtec.org.br/>
 22. Felix, J.; Klimczuk, A. Social Entrepreneurship and Social Innovation in Aging, [in:] D. Gu, M.E. Dupre (eds.), Encyclopedia of Gerontology and Population Aging, Springer, Cham., 2020, pp. 1–8, https://doi.org/10.1007/978-3-319-69892-2_242-1
 23. Ver <https://www.youtube.com/watch?v=RFCbqWF-aak>
 24. Kraiwanit, T.; Srijam, A. Analysis of the Potential Contribution of the Silver Economy in Thailand, Palarch's Journal Of Archaeology Of Egypt/Egyptology 18(4), 4948-4965. ISSN 1567-214x
 25. Kubejko-Polanska, E. The Role of Local Self-government in Stimulating Urban Development in the Contexto of the Construction of Age-friendly Cities and the Concept of Silver Economy, Nierównosci Spoleczne a Wzrost Gospodarczy, nr 49 (1/2017) doi: 10.15584/nsawg.2017.1.17
 26. Ritondo, R. La Silver Économie em Wallonie, une analyse prospective – revue de la littérature, Working Paper, n. 27, L'Institut Wallon de L'évaluation de la Prospective et de la Statistique, IWEPS, Namur, 2018.
 27. Ver <https://www.oxfordeconomics.com/recent-releases/the-longevity-economy>
 28. HM (Her Majesty Government) Industrial Strategy – building a Britain fit for the future, White paper, HM Government, London, 2017. Available in https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/662508/industrial-strategy-white-paper.pdf
 29. O envelhecimento populacional, é preciso destacar, dá-se com a concomitância do aumento da expectativa de vida, atualmente em 76,6 anos, com a queda da taxa de fecundidade (número de filhos por mulher), atualmente em 1,7 filho.
 30. Salama, P. Contágio viral, contágio econômico e riscos políticos na américa Latina, São Paulo, Editora Contracorrente, 2021. p. 71.

5G revoluciona mercados mundo afora. O Brasil está preparado?



■ **MARCOS FERRARI** é presidente da Conexis Brasil Digital, doutor em economia pela UFRJ e foi diretor de Infraestrutura e Governo do BNDES, assim como secretário de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento e secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda

O grande acontecimento do universo de Telecom dos últimos anos está finalmente próximo de se tornar realidade. Após longas tratativas, é esperado que o leilão das frequências do 5G ocorra muito em breve. A expectativa em torno do assunto é mais que justificável por todos os ângulos que se possa analisar. Para se ter uma ideia da magnitude, os negócios gerados na onda do 5G poderão impactar o PIB em até US\$ 1,2 trilhão em 15 anos, segundo cálculos da consultoria Omdia. Já há hoje 128 operadoras oferecendo a tecnologia em países asiáticos, europeus e na América do Norte. A estimativa é que 21% dos dispositivos no mundo já estejam conectados ao 5G em 2025.

Com a combinação de suas três características principais, que são a ultra velocidade, largura de banda e baixa latência (que é o tempo rápido de resposta), o 5G vai permitir o surgimento de infinitas possibilidades de soluções e negócios. Para as operadoras, trata-se de uma mudança importante em suas formas de rentabilidade. Enquanto o 3G e o 4G são muito voltados ao B2C, o 5G permite uma ampla gama de novas possibilidades. O consumidor final certamente irá usufruir de maior velocidade em seu aparelho, mas a ação transformadora acontecerá nas aplicações B2B e B2B2C.

As operadoras terão o desafio de rentabilizar modelos de negócio que hoje ainda são pouco ou completamente desconhecidos. Em breve poderemos finalmente usufruir de carros autônomos, cidades e casas inteligentes e da manufatura 4.0. Logo abaixo serão destacadas com mais detalhes algumas das importantes funcionalidades que se tornarão realidade com a chegada da nova tecnologia.

■ Agronegócio

Há diversas áreas na zona rural do país que não possuem hoje cobertura de internet. Existe grande margem para importantes avanços e para gerar impacto

significativo na produtividade do setor. Teremos rebanhos chipados, medição de nutrientes e umidade do solo, otimização do uso de colheitadeiras, drones para visualização de lavouras, entre muitas outras soluções que impactam diretamente na eficiência e produtividade.

■ Varejo

Muitos varejistas estão apresentando resultados robustos nos últimos meses e a nova tecnologia será capaz de multiplicar os ganhos no setor. Segundo a consultoria McKinsey, o faturamento do e-commerce brasileiro¹ cresceu 62% após o início da pandemia. A explicação está nos 46% dos brasileiros que aumentaram o consumo on-line, de acordo com a Fecomercio². A captação de novos clientes, a melhora de toda a jornada de compra, o pós-venda e a retenção de consumidores serão otimizados de forma generalizada com a chegada de novas possibilidades oriundas da tecnologia de última geração.

Não à toa, a Bloomreach estima que os maiores investimentos para os próximos meses serão em tecnologia e ferramentas de comércio (67%)³ e serviços para implementação de inovações (63%). De acordo com a SBVC⁴, 70% dos brasileiros pretendem continuar gastando mais em lojas on-line do que faziam antes e agora poderão usufruir de interfaces cada vez mais inteligentes e responsivas.

■ Serviços Financeiros

As fintechs e os bancos digitais disputam palmo a palmo o concorrido mercado financeiro e bancário com as grandes instituições. Até mesmo os players tradicionais estão incorporando novas tecnologias para fazer frente às crescentes necessidades desse segmento. Agências físicas são fechadas e o uso do dinheiro em espécie diminui em um caminho sem volta. Meios de pagamento sem contato com meio físico dão o tom do novo momento. O 5G permitirá que transações sejam feitas com mais eficiência e velocidade.

Nesse ponto vale mencionar o acordo celebrado entre o Banco Central e a Conexis Brasil Digital para que o PIX Cobrança seja mais uma forma de facilitar a vida dos consumidores. Hoje já é possível fazer pagamentos de serviços pré e pós-pagos por meio da ferramenta.

-
1. McKinsey B2B Decision-Maker Pulse Survey
 2. <https://www.fecomercio.com.br/noticia/sete-em-cada-dez-pessoas-mudaram-padroes-de-consumo-por-cao-da-pandemia-mostra-pesquisa-da-fecomerciosp>
 3. <https://www.bloomreach.com/en/news/2020/bloomreach-releases-new-global-research-study.html>
 4. <http://sbvc.com.br/brasileiros-online-apos-pandemia/>

■ Saúde

A Covid-19 e todos os graves problemas que ela ainda ocasiona impulsionou uma procura intensa por muitas facetas que envolvem o universo da saúde. Desde a preocupação inerente ao próprio coronavírus e outras doenças transmissíveis até questões relacionadas à saúde mental e temas relacionados ao bem-estar.

Nesse campo, há muito espaço para a telemedicina avançar e se tornar uma opção cada vez mais recorrente para a população, mesmo que ainda permaneçam entraves regulatórios importantes a serem superados. Aplicativos de saúde de toda espécie também proliferam e atendem às mais variadas demandas, desde medição de indicadores vitais até os relacionados ao bom repouso e à meditação.

As tecnologias digitais são instrumentos essenciais para apoiar os sistemas de saúde, não apenas por meio de aplicativos de rastreamento de telemedicina e Covid-19, mas também por meio de Big Data e análises de inteligência artificial para padrões de mobilidade, modelos epidemiológicos e rastreamento de contato. Para citar um exemplo, a Conexis disponibilizou para estados e municípios o mapa de calor, que auxiliou entes públicos a monitorar a movimentação e aglomerações em tempos de lockdown.

As vantagens são diversas e alcançam também o Tesouro, que recebe alívio devido à eficiência gerada pela alta conectividade. É possível estimar uma significativa economia no custo do Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que os atendimentos remotos e a possibilidade de fazer cirurgias complexas a distância permitem o enxugamento de diversos gastos hoje existentes.

■ Investimentos e desafios

Estar na elite tecnológica tem um preço. Um alto preço. E o caminho para embarcar soluções de última geração é longo e árduo. Para atender às demandas de infraestrutura e instalação do 5G, os investimentos do setor de Telecom precisarão se manter elevados. O segmento é historicamente um dos maiores investidores do País, com média superior a R\$ 30 bilhões por ano. Se por um lado ficou evidente – sobretudo durante a pandemia – que a conectividade é o insumo básico para o bom funcionamento de praticamente todas as cadeias produtivas, por outro, há ainda importantes entraves a serem superados.

O primeiro deles remete ao próprio leilão de frequências. O setor entende ser importante o posicionamento do governo e da Anatel de fazerem um leilão não arrecadatório. É necessário destacar que investimentos associados ao setor, como a implantação de banda larga em localidades que hoje não têm esse serviço,

são melhores para a economia. Eles suprem lacunas de cobertura, promovem a inclusão digital e geram aumento da produtividade.

■ Carga Tributária

Sem dúvida alguma, o maior empecilho para a expansão da conectividade no Brasil é a carga tributária extremamente elevada. Nada menos do que 47% da conta que hoje é paga pelo consumidor é composta de impostos. Em termos de comparação, a média da tributação dos países que mais acessam banda larga no mundo é em torno de 10%. Os benefícios de uma menor taxa são muitos e se refletem para todos os entes envolvidos nessa relação – população, empresas e Estado. A começar pela maior possibilidade de investimentos pelas operadoras em uma atividade essencial no mundo de hoje. Com mais recursos em caixa, é possível expandir a infraestrutura e fazer a conectividade chegar a todos. Os demais setores produtivos ganham em eficiência e competitividade. Além disso, o acesso à informação e ao conhecimento levam a um evidente incremento no capital humano.

É possível fazer um paralelo com a desoneração tributária concedida pelo Governo para aplicações de internet das coisas (IoT). Um estudo da Consultoria LCA⁵ revelou que a desoneração do IoT pode gerar uma arrecadação de R\$ 17 bilhões, nos próximos três anos, por meio do potencial de negócios que serão gerados. Compensa – e muito – a perda inicial de R\$ 1,8 bilhão estimada com a redução de tributos. Nesse sentido, zerar a carga tributária setorial dos dispositivos de internet das coisas foi fundamental para viabilizar os serviços e permitir que o País participe de mais essa revolução.

O setor pagou em 2020 nada menos que R\$ 60,6 bilhões em tributos, com média superior a R\$ 60 bilhões desde 2015. O montante representa mais de 40% da receita líquida das empresas. Os fundos setoriais, que deveriam ser usados para a expansão da banda larga, nunca foram usados para tal finalidade. Já foram mais de R\$ 116 bilhões recolhidos aos cofres públicos e menos de 10% foi aplicado em projetos de telecomunicações.

Além disso, é preciso haver políticas que privilegiem o consumidor com baixo poder aquisitivo. Com renda per capita tão baixa, o Brasil deveria fornecer estímulos para permitir que maiores fatias da população acessem a internet. Os EUA possuem medidas nesse sentido por meio da concessão de vouchers para quem mais necessita. Por fim, o alto preço dos aparelhos também são um entrave, uma vez que também há uma elevada tributação incidente nos dispositivos móveis.

5. <https://conexis.org.br/renuncia-fiscal-de-r-18-bilhao-no-iot-pode-gerar-r-17-bilhoes-em-arrecadacao/>

■ Antenas

Outro ponto que merece atenção é a desatualização das leis municipais de antenas. Há cidades com legislações muito antigas e a defasagem chega a 30 anos em alguns casos. O 5G requer uma densidade de antenas até dez vezes maior que o 4G. Contudo, as regras antigas impossibilitam a instalação de infraestrutura ao tratar de antenas que possuíam quatro metros e precisavam de licença ambiental, habite-se, entre outros requerimentos. É preciso haver incentivos para que os municípios atualizem as regras e sejam beneficiados pela nova tecnologia. A Conexis oferece, inclusive, um projeto de lei padrão para facilitar o encaminhamento da questão naquelas localidades que desejam se modernizar.

Uma medida que poderia atenuar o problema seria a previsão legal do silêncio positivo. O instituto permite que as operadoras instalem a infraestrutura caso os municípios não se pronunciem em 60 dias e todos os requisitos técnicos estejam cumpridos. A Conexis apoia o PL 8518/17, em tramitação na Câmara, que trata do silêncio positivo, e poderá dar a segurança jurídica necessária para seu uso.

■ Roubo e Furto de Cabos

Outro grande problema que pode atrapalhar de forma decisiva a viabilidade do 5G no Brasil é a ação criminosa que envolve furtos e roubos cabos de telecomunicações. O Brasil registra dados alarmantes. De acordo com a Conexis, o roubo de cabos afetou em 2020 aproximadamente 6,7 milhões de clientes. O número é 34% maior do que o registrado em 2019, quando cerca de 5 milhões de usuários tiveram os serviços interrompidos.

Em junho, por exemplo, um hospital infantil em Natal (RN) ficou impossibilitado de admitir novos pacientes por conta da paralisação nas linhas telefônicas. Em várias cidades, crianças e adolescentes que estudavam por computador ou celular não puderam assistir às aulas porque a conexão com seus professores foi cortada. E, em algumas capitais, até mesmo bombeiros e policiais não puderam ser acionados em emergências porque ficaram sem acesso a qualquer meio de comunicação.

Do outro lado, temos as empresas fornecedoras dos serviços de telecomunicações, que são penalizadas não somente com a perda de seus equipamentos, mas também com as reclamações e a redução na quantidade de clientes. Para qualquer direção que se olhe, o quadro é danoso. Estima-se que, a cada minuto, 12 pessoas ficam sem internet ou telefone no Brasil porque em algum lugar os fios foram cortados

para roubar o cobre. Todos esses fatos indicam que a situação se tornou um problema grave de segurança pública que exige atenção e providências imediatas.

Fica claro que são muitos os desafios para a chegada e o bom funcionamento do 5G por aqui. Mais evidentes ainda são as vantagens que a nova tecnologia irá proporcionar para pessoas e empresas de todos os setores e portes. O mundo caminha a passos largos rumo à conectividade, e o Brasil precisa estar preparado para ser um ator relevante nesse ambiente globalizado cada vez mais digital. ■

A nova geopolítica global e o Brasil



■ **RUBENS BARBOSA** é diplomata, presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice) e foi embaixador em Londres e Washington

■ Cenário global

O mundo atravessa um momento de grandes transformações na área política, econômica e social. A geopolítica e a geoeconomia foram se modificando na última década e vão passar, ainda, por uma série de ajustes, depois da saída dos EUA do Afeganistão.

Sem esgotar o assunto e de maneira sumária, cabe mencionar alguns dos aspectos do novo cenário internacional:

■ Lugar dos EUA no mundo

- Continuará como superpotência – saída do Afeganistão, fim de uma Era: envolvimento militar para mudança de regime e reconstrução nacional
- Crescente isolamento (razões de política doméstica: divisão)
- Foco político e militar passa do Oriente Médio para a Ásia
- Credibilidade afetada: aliados da Otan – Taiwan
- Coalisção contra a China (dificuldade para dividir o mundo – Alemanha, Cingapura)
- Principal foco estratégico: China – terrorismo doméstico
- América do Sul no médio prazo pode vir a ser a nova prioridade (recursos minerais e presença da China)

■ Lugar da China no mundo

- Superpotência tecnológica, comercial, militar - quer reconhecimento de seu status
- Ásia como polo dinâmico de crescimento econômico e comércio exterior (China é a principal parceira comercial da maioria dos países)
- Adversária dos EUA (na visão do establishment norte-americano – como evitar a confrontação militar?)
- *Belt and Road Initiative* – projeto para respaldar expansão global

■ **Acirramento na competição global entre China e EUA** pela hegemonia política no século XXI (novas bases, diferentes da Guerra Fria EUA-URSS)

■ **Redesenho do mapa geopolítico da Ásia**

- Efeito sobre o equilíbrio da região: passa dos EUA–Índia para China–Paquistão
- Possibilidade de hospedar organizações terroristas islâmicas – consumo e tráfico de drogas
- Sudeste da Ásia: foco estratégico dos EUA para conter a China: aliança estratégica Quod (EUA, Índia, Japão e Austrália) – Taiwan – Coreia do Sul e Japão

■ **Avanços tecnológicos** (espaço digitalizado mundial, velocidade de absorção tecnológica)

- Internet – TV
- 5G e inteligência artificial

■ **Meio ambiente e mudança climática como preocupação global**

- Amazônia
- Consequências econômicas e comerciais
- *New green deal* (Europa) – taxa de carbono

■ **Globalização** (reordenamento produtivo, cadeias de produção, protecionismo, autonomia soberana, revolução energética, crise no multilateralismo)

■ **Regionalização:** espaço expandido econômico sem fronteira (fortalecimento das potências regionais e dos acordos regionais (Nafta, European Union, Ásia: China (RCIP), TPP (Japão), Mercosul, Ásia Central (Rússia), África-acordo comercial) – futuro papel da América do Sul (hoje na periferia)

■ **Multipolaridade** (países emergentes – G7 (países mais desenvolvidos) – PIB de US\$ 42 trilhões; E7 (países emergentes), PIB de US\$ 53 trilhões. Excluída a China, o PIB do E6 fica maior que o do G6 (países desenvolvidos)

■ **Novas ameaças** (terrorismo, drogas, ataques cibernéticos, guerra no espaço)

■ **Desigualdade** (acelerada pela pandemia, geopolítica da vacina, marginalização dos países mais pobres)

A eleição de Donald Trump e sua atitude de colocar os EUA em primeiro lugar e acelerar o grau de isolamento de Washington, a vitória de Biden, a pandemia e,

mais recentemente, a desastrosa saída dos EUA do Afeganistão estão produzindo tensões e consequências em todas as áreas e afetando todos os países.

Na geopolítica e na geoeconomia que estão emergindo, algumas mudanças estão passando despercebidas, mas são forças significativas com relevante impacto sobre todos os países, o que gera incerteza e instabilidade.

Levando em conta esse cenário global, em particular no tocante às questões de meio ambiente e de mudança de clima, do deslocamento do eixo econômico-comercial para a Ásia, em especial para a China, do 5G e da inteligência artificial e da confrontação entre as duas superpotências – o que fazer, segundo a perspectiva do Brasil?

O Brasil, nos últimos dois anos, foi apanhado no contrapé por não se ter acompanhado essas mudanças, o que deveria ser corrigido com uma visão atualizada e dinâmica das transformações globais.

■ Lugar do Brasil no mundo

- Qual será o lugar do Brasil no mundo que está emergindo?
- Como as grandes transformações econômicas, comerciais, tecnológicas e geopolíticas e geoeconômicas poderão afetar o interesse nacional?
- Como o Brasil se posicionará no contexto hemisférico e regional?
- Como o Brasil deveria reagir com a ampliação da confrontação entre a China e os EUA?
- Como o Brasil poderá contribuir para o fortalecimento da governança global?
- Como ficarão as políticas em relação às negociações em fóruns multilaterais, ONU (Brasil assume um lugar no CSNU), OMC, OMS?
- Como implementar os objetivos estratégicos e os interesses do Brasil, levando em conta o resguardo da soberania e o fortalecimento da democracia?

A área de influência do Brasil, como definido na Política Nacional de Defesa, abrange América do Sul, Antártica e o Oceano Atlântico até a costa ocidental da África. A referência à integração regional amplia o entorno geográfico por incluir a América Central e a América do Norte. Além disso, o novo status de aliado estratégico dos EUA, extra Otan, e o oferecimento de parceria global da Otan colocam novos desafios para a política externa e de defesa. As rápidas transformações tecnológicas exigem um esforço para estimular a Base Industrial de Defesa a pesquisar para complementar as aquisições externas. As três áreas ressaltadas na Estratégia Nacional de Defesa (cibernética, energia nuclear e espaço) deveriam merecer estímulos, como ocorre nos EUA e na Otan, para que a produção nacional supere as vulnerabilidades cada vez maiores de nossos materiais bélicos e responda aos novos desafios de inteligência artificial.

Nossos interesses diretos do ponto de vista da preservação da soberania incluem, entre outros, a mudança da percepção externa negativa sobre o País, a volta do protagonismo nas negociações sobre meio ambiente e mudança de clima, com uma nova política em relação à proteção da Amazônia, a definição de uma política proativa para a América do Sul, pelo aperfeiçoamento da inteligência e da promoção no comércio exterior, pela parceria comercial ampliada com a Ásia (Asean e RCIP), reativação da participação do Brasil nos organismos multilaterais (políticos e econômico-comerciais) e posição equidistante no confronto EUA–China, definindo em cada caso o interesse nacional acima de considerações ideológicas ou geopolíticas. Dentro desse quadro, quais os desafios para o Brasil?

■ **Desafios internos e externos para o Brasil**

Os desafios internos são representados pela perda da competitividade da economia pela produtividade das empresas, pela aprovação das reformas estruturais (tributárias e administrativa) e pela abertura da economia (melhora do ambiente de negócios e privatizações), por um governo enfraquecido e por uma economia que começou a se recuperar, mas que deverá desacelerar em 2022, com mais de 14 milhões de desempregados. O déficit fiscal em crescimento imporá medidas de contenção e de redução dos gastos públicos. O custo do Estado – alta carga tributária, custo do financiamento, logística deficiente e burocracia – acarretou forte perda de competitividade da economia e produtividade da empresa nacional, tornando inadiável uma agenda ampla, mas gradual, de abertura da economia. Com o setor do agronegócio em expansão, a reindustrialização passa a ser uma das prioridades para o crescimento e o emprego. Em ambiente global de baixo crescimento, são urgentes as medidas para restabelecer a confiança dos empresários nacionais e estrangeiros no Brasil, dar segurança jurídica aos investimentos e criar as condições para que o Brasil volte a crescer de 4% a 5% ao ano de forma sustentável. A estabilidade econômica passa também pela consolidação das instituições e a manutenção da ordem democrática com ações moderadas do governo e da oposição.

Os desafios externos não são menos impactantes do que os internos. Profundas e rápidas transformações políticas, econômicas, estratégicas e tecnológicas geram instabilidade e incertezas. O cenário é de insegurança, agravado pela ameaça de confrontação comercial e tecnológica entre os EUA e a China e pela desaceleração da economia global em 2022.

O Brasil está fora dos fluxos dinâmicos da economia e do comércio exterior e isolado nas negociações de acordos de comércio. Está atrasado em inovação tecnológica, perdeu poder e influência e registrou um crescimento inferior ao da

maioria dos países. Deixando de ser uma das dez maiores economias do mundo, o Brasil terá de recuperar seu lugar no cenário internacional. O desafio é o de promover uma crescente integração do Brasil no comércio internacional, tanto no âmbito comercial, quanto no de serviços e atrair investimentos estrangeiros diretos. O Brasil precisa abrir-se mais para o mundo como parte da estratégia de maior protagonismo do País no cenário global, inclusive para estimular sua autonomia soberana no tocante às cadeias de produção globais.

Os princípios básicos da política externa estão consagrados no artigo 4 da Constituição. Sendo o Itamaraty uma Instituição de Estado, suas ações devem estar acima de interesses partidários e ideológicos.

Para enfrentar o desafio das rápidas mudanças no cenário global, os formuladores de políticas governamentais terão de definir o que o Brasil quer da relação com os EUA (sem alinhamentos automáticos), com a China, com a Ásia, com a Europa e com seu entorno geográfico com objetivos estratégicos claros.

Governo e setor privado terão de enfrentar o desafio de assumir uma atitude proativa no tocante à integração regional. Não poderá ser ignorada a nova geopolítica nas Américas: os governos de esquerda no México e de direita no Brasil, o novo governo em Cuba, a situação deteriorada na Venezuela e na Nicarágua – a trinca da tirania trumpista –, a crise econômica na Argentina, o novo governo no Peru, a continuada baixa prioridade do governo dos EUA na região, enquanto aumenta a presença da China e da Rússia, criando condições para um realinhamento das forças política e econômicas. O relacionamento com a Venezuela deveria merecer atenção especial, já que interessa ao Brasil contribuir para uma solução política para a crise interna e para o acolhimento, a proteção e a assistência aos refugiados e migrantes venezuelanos.

Uma nova estratégia de negociações comerciais bilaterais (acordos na região e fora dela), regionais (Mercosul e Área de Livre Comércio) e multi e plurilaterais (Organização Mundial de Comércio) deverá ser definida para pôr fim ao isolamento do Brasil, com ênfase na abertura de novos mercados e na integração do Brasil às cadeias produtivas globais, ao aumento dos fluxos do comércio exterior e do investimento externo.

Em relação ao Mercosul, depois de 30 anos não se poderá adiar uma avaliação de seu funcionamento e decidir se as negociações com terceiros países continuarão a ser com uma única voz ou se os entendimentos serão bilaterais, além de decidir o que fazer com a Tarifa Externa Comum. A ratificação dos acordos do Mercosul com a União Europeia e com a EFTA dificilmente será concluída antes de 2023 pelas dificuldades geradas pelas políticas de

meio ambiente na Amazônia. Os entendimentos com a Asean (em especial com Cingapura, Indonésia e Vietnã), Japão, Canadá e Coreia do Sul, além do Líbano, deveriam ser acelerados e contatos com os países africanos para entendimentos, visando à negociação de acordo comercial com o Mercosul, deveriam ser iniciados. O Itamaraty não pode ter suas atribuições reduzidas na promoção comercial (Apex) e na negociação externa para outras áreas.

A realidade recomenda que o Brasil continue a participar plenamente nas organizações multilaterais, em particular ONU, OMC e OMS. O papel da chancelaria será relevante para o ingresso do Brasil na OCDE, além de buscar ampliar nossa participação nos Brics, no G-20, na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e no acordo Índia, Brasil e África do Sul. Não sendo uma potência militar, o Brasil tem de se afirmar pelo *soft power*.

O tema ambiental e do desenvolvimento sustentável, como ativos externos do Brasil, mas também com preocupação pelo foco na Amazônia e nos seus ilícitos (desmatamento, garimpagem e incêndios), deveriam passar a se constituir no foco e na prioridade central da política externa com atuação protagonista, visando ao cumprimento das metas assumidas por nós mesmos no Acordo de Paris e em compromissos similares, com os ajustes necessários nas políticas internas para resguardo da soberania.

Não se pode esperar mais do que está sendo feito no atual governo, mas o debate sobre o papel do Brasil no mundo a partir de janeiro de 2023 não poderá ser adiado. O impacto das decisões externas sobre o Brasil não pode ser ignorado. O Brasil não é uma ilha. As decisões de política econômica e de política externa de outros países têm efeitos imediatos sobre o País, como se verifica nas medidas tomadas pelo governo Biden, nas decisões sobre política ambiental na Europa e nos EUA (inclusive a taxa de carbono) e a geopolítica das vacinas.

A nova gestão à frente do MRE começa a fazer planejamento de médio e longo prazos no tocante à presença do Brasil no exterior. Uma das primeiras medidas foi pedir formalmente a adesão do Brasil à Associação das Nações do Sudeste da Ásia (Parceria de Diálogo Setorial), dentro de uma nova e importante parceria com uma área de grande interesse para o agronegócio. A nova atitude e atuação do Itamaraty é bem-vinda porque ajuda a discussão sobre a reconstrução da atuação externa do Brasil e sobre como enfrentar os desafios do novo cenário internacional.

Para voltar a desempenhar o papel de relevo que sempre teve, o Itamaraty terá de adequar a política externa aos novos desafios internos e externos com dinamismo e inovação. Ao renovar-se e atualizar-se, atendendo às demandas dos novos tempos, terá de evitar formalismos, posturas defensivas e tendências burocráticas

e ideológicas, que estão acarretando a perda de influência do Brasil na região e seu isolamento em um mundo em crescente transformação.

Será muito importante a discussão, na campanha para a eleição presidencial, sobre o lugar do Brasil no mundo a partir de 1º de janeiro de 2023, com visão de médio e longo prazos.

■ Conclusão

Definição de objetivos mínimos:

1. Brasil voltar a ser uma das dez maiores economias do mundo (hoje é a 13ª);
2. Fazer política da sua geografia e definir uma ação proativa na América do Sul;
3. Prioridade para inovação e tecnologia (5G e inteligência artificial);
4. Meta de crescimento sustentável (4% a 5%);
5. Reindustrialização com modernização e uma política de autonomia soberana em setores sensíveis (Saúde). ■

UM JEITO
SUPERSIMPLES
DE TER UM BANCO
SUPERSÉRIO.

QUEM SABE, SAFRA.



ABRA
SUA CONTA
PELO APP

A abertura da conta corrente e a contratação dos produtos de crédito estão sujeitas à análise e aprovação do Banco Safra S.A. Central de Atendimento Safra: 55 (11) 3253-4455 (capital e Grande São Paulo) e 0300-105-1234 (demais localidades) – de 2ª a 6ª feira, das 8h às 21h30, exceto feriados; Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC): 0800-772-5755; atendimento a portadores de necessidades especiais auditivas e de fala: 0800-772-4136 – de 2ª a 6ª feira, das 9h às 21h, e sábado, das 9h às 15h; *Ouvidoria (caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito): 0800-770-4236; atendimento a portadores de necessidades especiais auditivas e de fala: 0800-727-7555 – de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, exceto feriados; ou acesse: safra.com.br/atendimento/ouvidoria.htm. www.safra.com.br *Horário de atendimento especial do SAC durante a pandemia (covid-19).



"O **IRICE** é um *think tank* independente, sem vinculação com partidos ou grupos de interesse e voltado para discutir com profundidade e objetividade temas políticos e econômicos do Brasil com visão de futuro.

Sua missão é fortalecer os valores democráticos do livre comércio.

Ao promover estudos e debates sobre os diferentes aspectos das relações internacionais, o **IRICE** contribui para o exame de formas de re-inserção do Brasil na economia global em rápida transformação e nos fluxos dinâmicos do comércio internacional"

Embaixador Rubens Barbosa, Presidente



IRICE)) Instituto de Relações Internacionais
& Comércio Exterior

14 ANOS DE COMPROMISSO COM O DEBATE QUALIFICADO DE IDEIAS E COM A RELEVÂNCIA DAS QUESTÕES DE INTERESSE PARA O BRASIL



ANUNCIE NA INTERESSE NACIONAL



LeMídia
publicidade integrada

Representante nacional e internacional exclusiva desta e de mais de 100 veículos de mídia.

+ 55 11 3078.5840 | www.lemidia.com.br